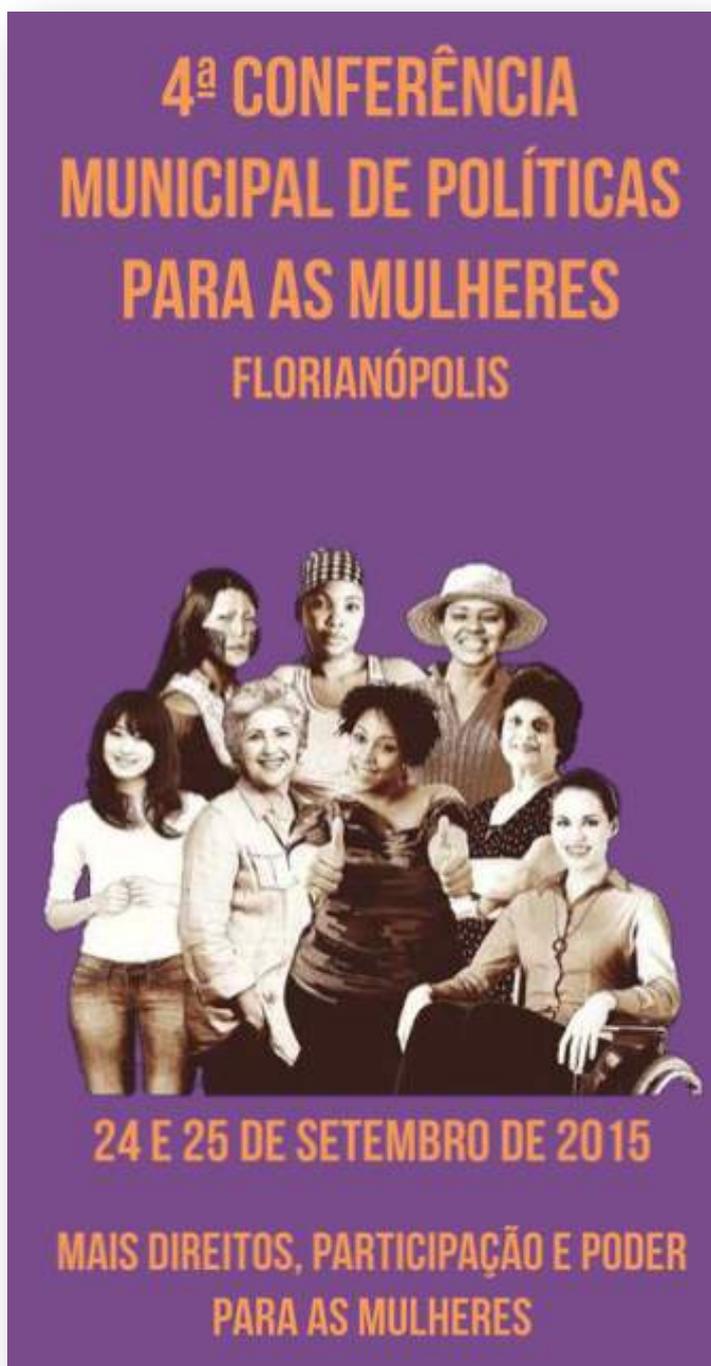


PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE FLORIANÓPOLIS



RELATÓRIO FINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE FLORIANÓPOLIS

RELATÓRIO FINAL

IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
“MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES”
PACTO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

FLORIANÓPOLIS-SC, OUTUBRO DE 2015.



Com licença poética

Adélia Prado

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.

Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.

Não sou feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.

Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.

Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.



CESAR SOUZA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER



**COORDENADORIA
MUNICIPAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A MULHER
CMPPM**

DALVA MARIA KAISER
**COORDENADORA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA AS MULHERES**

KELLY VIEIRA MEIRA – PRESIDENTE
ROSELI MARIA DA SILVA PEREIRA – VICE-PRESIDENTE

MARLENE DE FÁVERI – PRIMEIRA SECRETÁRIA
KARINA COSTA ALIANO – SEGUNDA SECRETÁRIA



RELATORIA DA 4. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

RESPONSÁVEL TÉCNICA:

MIRELLA ROCHA
ASSISTENTE SOCIAL CRESS/SC- 4706

EQUIPE DE APOIO:

VANESSA EIDAM
ASSISTENTE SOCIAL CRESS/SC-7114

ANA CARLA WERNEQUE RIBAS
ASSISTENTE SOCIAL CRESS/SC-7068

TASSIANE ANTUNES MOREIRA
ASSISTENTE SOCIAL CRESS/SC-7087

Ficha Catalográfica

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES – CMPPM/FLORIANÓPOLIS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM/FLORIANÓPOLIS.

Relatório Final da 4 Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis.

Relatoria e Assessoria Técnica: ROCHA, Mirella. Florianópolis, 2015.
163p [Inclui apêndice e anexos].

Relatório Final dos trabalhos da 4. Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Florianópolis, realizada entre os dias 24 e 25 de setembro de 2015.

Artes de Abertura: i) Arte Oficial da 4. Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; ii) "Anjos" de Tarsila do Amaral, 1924.

Poema: Adélia Prado.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	7
LISTA DE GRÁFICOS	8
APRESENTAÇÃO	9
BLOCO I – DADOS GERAIS	11
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA CONFERÊNCIA	11
2. RESULTADOS DA CONFERÊNCIA	13
3. INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO	14
BLOCO II – PROPOSTAS	15
EIXO 1 - CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS DOS DIREITOS DA MULHER E DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES PARA A EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E OPORTUNIDADES PARA AS MULHERES EM SUA DIVERSIDADE E ESPECIFICIDADES: AVANÇOS E DESAFIOS.	15
EIXO 2 - ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA AS MULHERES NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL: AVANÇOS E DESAFIOS.	16
EIXO 3 - SISTEMA POLÍTICO COM PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E IGUALDADE: RECOMENDAÇÕES	17
EIXO 4 - SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES: SUBSÍDIOS E RECOMENDAÇÕES	19
BLOCO III – LISTA DAS DELEGADAS ELEITAS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL	21
DELEGADAS GOVERNAMENTAIS - TITULARES	21
DELEGADAS GOVERNAMENTAIS - SUPLENTES	22
DELEGADAS SOCIEDADE CIVIL - TITULARES	22
DELEGADAS SOCIEDADE CIVIL – SUPLENTES (POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO)	24
PROGRAMAÇÃO DA 4. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	26
PERFIL DAS PARTICIPANTES	27

RELATORIA DA CONFERÊNCIA	32
24 DE SETEMBRO - PERÍODO DA MANHÃ	32
24 DE SETEMBRO - PERÍODO DA TARDE	37
25 DE SETEMBRO	44
MOÇÕES	46
ATA DE ELEIÇÃO DAS DELEGADAS PARA A 4. CEPM	48
AVALIAÇÃO DA 4 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLITICAS PARA MULHERES	51
APÊNDICE	54
1) SISTEMATIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS LIVRES (ETAPA PREPARATÓRIA)	54
2) REGIMENTO INTERNO – VERSÃO FINAL APROVADO EM PLENÁRIA	64
ANEXOS	74
A. DECRETO DE CONVOCAÇÃO	74
B. FOLDER DA 4. CONFERÊNCIA	84
C. CARTAZ DA 4. CONFERÊNCIA	86
D. SLIDES DAS CONFERÊNCIAS/PALESTRAS [TEMÁRIO E PLANO MUNICIPAL]	88

LISTA DE SIGLAS

ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
COMDIM	Conselho Municipal de Políticas para Mulheres
CPPM	Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres
CREMV	Centro de Referência Especializado para Mulheres em Situação de Violência
LBT	Lésbicas, bixessuais, transexuais e transgênero
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMTU	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas
NPMS	Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PPA	Plano Plurianual
SPM	Secretaria de Política para Mulheres
UBM	União Brasileira de Mulheres
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UJS	União da Juventude Socialista
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo das participantes.....	27
Gráfico 2 - Raça e Etnia das Participantes.....	28
Gráfico 3 - Orientação Sexual das Participantes	28
Gráfico 4 - Nível de Escolaridade das Participantes	29
Gráfico 5 - Faixa etária das Participantes.....	29
Gráfico 6 - Nível de renda das participantes.....	30
Gráfico 7 - Participação Social das participantes	31
Gráfico 8 - Avaliação Geral da 4. CPM 52	52
Gráfico 9 - Pontos Positivos Indicados pelas Participantes.....	52
Gráfico 10 - Pontos Negativos Indicados pelos Participantes.....	53

APRESENTAÇÃO

A 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres “**Mais direitos, participação e poder para as Mulheres**” tem como objetivo o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres. Propõem-se a discutir as estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e democratizar a participação das mulheres nas diversas esferas institucionais e federativas. Assim como, promover efetivamente a participação nos processos de controle social das políticas públicas e nas suas múltiplas formas de organização e de manifestação.

O Decreto Presidencial de 30 de março de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2015, convoca a 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres e traz quatro eixos centrais para nortear os debates, quais sejam:

- I. Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.
- II. Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.
- III. Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.
- IV. Sistema Nacional de Política para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Seguindo as diretrizes da Conferência Nacional, a 4ª CPM realizanda nos municípios de todo país, visa aprimorar o debate sobre o enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens, com vistas ao fortalecimento de sua capacidade interinstitucional com as instâncias governamentais estaduais e municipais. Ainda, debater o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - 2013-2015, fruto da 3ª Conferência, que foi assumido em parceria por todos os Ministérios membros do Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e acordado com a Casa Civil (Decreto 7959, de 13 de março de 2013).

A realização da 4ª CPM em Florianópolis reafirma os princípios norteadores da Política Nacional para as Mulheres, os quais foram aprovados na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. São eles: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da

igualdade efetiva; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases da política pública; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

O processo para a realização da 4ª CMPM em Florianópolis, envolveu a realização de pré-conferências livres nos seguintes seguimentos e temáticas: violência obstétrica, as mulheres e o direito a cidade, Associação das mulheres negras Antonieta de Barros (COPA LORD), abrangência Pântano do Sul (Conselho Pastoral da Comunidade da Armação, Casa da Rendeira Pântano do Sul, Casa da Rendeira da Armação) e Marcha das Mulheres (UNEGRO), onde buscou-se uma maior abrangência e participação popular dos mais diversos segmentos.

Desta forma, houve a preparação e o desenvolvimento da 4ª CMPM em Florianópolis-SC, cuja síntese está apresentada neste relatório. O relatório contempla os três blocos indicados pelo Estado e União: consta no Bloco I os dados gerais da conferência (informações básicas, resultados da conferência e informações sobre o município); no Bloco II consta a exposição das propostas; no Bloco III encontra-se a lista das delegadas eleitas para a conferência estadual. Ademais das exigências dos organismos e conselhos superiores, fazem parte a relatoria da Conferência; uma análise do perfil das participantes; as moções aprovadas pela plenária final da 4. Conferência; a avaliação do processo conferencial; o apêndice e anexos com documentação complementar.

Mirella Rocha

Responsável Técnica – G.LAB

Relatora da 4. Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis

Primavera de 2015

BLOCO I – Dados Gerais

1. Informações Básicas da Conferência

1.1 Nome do Município	Florianópolis-SC
1.1.1 Local de Realização	Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC)
1.1.2 Data da Conferência	23 e 24 de setembro de 2015
1.2 Comissão Organizadora da Conferência	<i>Sociedade Civil:</i> Casa da Mulher Catarina Rede Feminista de Saúde União Brasileira de Mulheres <i>Governamental:</i> Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres Secretaria Municipal de Assistência Social Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
1.3 Número participantes total	128
1.4 Número participantes governo	61 (Inclui 15 gov. que também participam de organizações da sociedade civil)
1.5 Número participantes sociedade civil	54
1.6 Número e relação de organizações da sociedade civil participantes	PRB Mulher IEG/UFSC UBM Coletivo Feminista Psicologia UFSC AMAB Europeia UFSC/NPMS Quilombo Bancada Feminina ALESC UFSC Frente de Mulheres Brigadas Populares SC

	<p>MMTU</p> <p>Casa da Mulher Catarina</p> <p>UBM</p> <p>Fórum Catarinense de Mulheres</p> <p>UJS Feminista UBM</p> <p>CEAP/CEDIM</p> <p>AMBA</p> <p>Momento Jovem</p> <p>Rede Feminina de Saúde</p> <p>AMUC</p>
1.7 Citar os municípios presentes	Conferência Municipal de Florianópolis-SC
1.8 Convocação da Conferência	<p><input checked="" type="checkbox"/> Executivo – Decretos n. 14.898 de 09 de Julho de 2015 e n. 15.023 de 12 de agosto de 2015.</p> <p><input type="checkbox"/> Conselho</p> <p><input type="checkbox"/> Legislativo</p> <p><input type="checkbox"/> Organização da Sociedade Civil</p> <p><input type="checkbox"/> Outro</p>
1.9 Conferências Livres realizadas no Município	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência Livre sobre violência obstétrica; • Conferência Livre “As mulheres e o direito à cidade”; • Conferência Livre Associação das mulheres negras Antonieta de Barros (COPA LORD); • Conferência Livre Pântano do Sul (Conselho Pastoral da Comunidade da Armação, Casa da Rendeira Pântano do Sul, Casa da Rendeira da Armação); • Conferência Livre Marcha das Mulheres Negras (UNEGRO);

2. Resultados da Conferência

2.1 Resumo das Deliberações da Conferência para o fortalecimento da política para as mulheres	<p>O caráter da 4. Conferência de Políticas para Mulheres em Florianópolis foi de resistência em virtude do momento político atual. Na conjuntura mais recente a área contabiliza a reforma ministerial que suprimiu a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), bem como a aprovação do Estatuto da Família e, em nível municipal, supressão do debate de gênero no Plano Municipal de Educação. Nesse sentido os debates tiveram o caráter de resistência às ofensivas neoconservadoras e também focaram a necessidade de avanço na luta contra a desigualdade de gênero, a violência, as opressões e especialmente o maior protagonismo político das mulheres nos mais diversos espaços.</p>
2.2 Decreto Convocatório	<p>Decretos n. 14.898 de 09 de Julho de 2015 e n. 15.023 de 12 de agosto de 2015.</p> <p>[Em anexo]</p>
2.3 Responsável pelo Relatório	<p><i>Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres – CPPM</i></p> <p>Dalva Kaiser – Coordenadora</p> <p>48.32516243</p>
2.3.1 Nome completo da responsável pelo preenchimento	<p>Mirella Farias Rocha</p> <p>[Responsável Técnica – Relatoria]</p>
2.3.2 Nome da instituição/organização a que pertence	<p>G.LAB – Consultoria Especializada e Gerenciamento</p> <p>[Empresa vencedora do Edital de Credenciamento n. 412/SMA/DLC/2015]</p>
2.3.3 Telefone com DDD	<p>48.3209 5697</p> <p>48.96155697</p>
2.3.4 Endereço eletrônico (e-mail)	<p>mirella@glab.com.br</p> <p>contato@glab.com.br</p>

3. Informações sobre o Município

3.1 Existe no município organismo específico de políticas para as mulheres?	Sim. Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres, vinculada ao gabinete do prefeito e instalada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
3.2 Citar o instrumento legal de criação.	Lei n. 7.625 de 05 de maio de 2008.
3.3 Existe Conselho Municipal dos Direitos da Mulher?	Sim. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM.
3.4 Citar o instrumento legal de criação	Lei n. 7.682 de 22 de Julho de 2008.
3.5 Quais as principais políticas para as mulheres em desenvolvimento no município?	<ul style="list-style-type: none">• Projeto Diálogo nas comunidades, realizado em 2014 o qual atendeu mais de 300 mulheres abordando a participação feminina, liderança e empreendedorismo;• Projeto Mulheres na Política, realizado entre maio e setembro de 2015, abordando diversas temáticas relacionadas a maior atuação da mulher em processos político-organizativos;• Realização de Seminário sobre o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;• Realização de campanhas temáticas [Dia municipal de Combate a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia; Dia da Mulher Negra; Outubro Rosa; 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, etc]• Prestação de apoio contínuo as organizações da sociedade civil e movimentos sociais em relação ao atendimento as mulheres;

BLOCO II – Propostas

Eixo 1 - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.	
Município	<ol style="list-style-type: none">1. Criar a Secretaria Municipal da Mulher;2. Fortalecer o COMDIM, garantir a alteração da Lei do Conselho, tornando-o efetivamente deliberativo, cumprir a demanda do regimento que prevê a necessidade de um/a assistente social e sede própria.3. Garantir o acesso das políticas públicas por meio da rede de atendimento municipal as mulheres dos mais variados segmentos da sociedade (ex: mulheres LBT, mulheres idosas, quilombolas, indígenas, mulheres imigrantes, mulheres negras, ciganas, mulheres circenses, mulheres em situação de rua, mulheres de terreiro, mulheres ribeirinhas, mulheres das águas, dos mares e da floresta e comunidades tradicionais em geral);4. Ampliar o debate do COMDIM, para além das entidades-membro, garantindo a ampla participação de movimentos de mulheres e feministas, assim como de mulheres não organizadas, neste sentido garantindo a criação de novas pautas (ex: mulheres LBT mulheres idosas, quilombolas, indígenas, mulheres imigrantes, mulheres negras, ciganas, mulheres circenses, mulheres em situação de rua, mulheres de terreiro, mulheres ribeirinhas, mulheres das águas, dos mares e da floresta e comunidades tradicionais em geral); criação de câmaras técnicas;5. Defender intransigentemente a retomada da pauta de gênero nas escolas municipais.
Estado	<ol style="list-style-type: none">1. Criar Secretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres;2. Ampliar serviços de saúde para a mulher: garantir início do tratamento de câncer, com no máximo até 60 dias, conforme previsto na lei 12.732/2012 (após inclusão do diagnóstico no seu prontuário); criar serviços de fertilização assistida no âmbito municipal;

	3. Visibilizar e implementar estratégias da saúde da mulher com privação de liberdade, visando as suas particularidades e diversidades.
União	<p>1. Resistência e reação ao conservadorismo posto na retirada de direitos adquiridos, atualmente expresso com mais ênfase, por exemplo, nas propostas do Estatuto da Família, revogação o atendimento a violência sexual, retirada do gênero nos planos de educação e demais medidas restritivas;</p> <p>2. Fortalecer os movimentos feministas e de mulheres para a resistência e construção de pautas de luta em comum, com o desenvolvimento e estreitamento de relações entre os diferentes grupos;</p> <p>3. Fortalecer a Política Nacional de Humanização do atendimento à saúde e a Política Nacional de Atenção Integral a saúde da mulher, bem como superar a prática da violência obstétrica ainda existente e fomentar a prática do parto humanizado na rede pública de saúde.</p>
Eixo 2 - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.	
Município	<p>1. Criar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, com ampliação de equipe de servidores públicos, ampliar o orçamento para não depender de parcerias e melhorar espaço físico;</p> <p>2. Garantir a inserção das temáticas de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação, como preconiza a Lei Maria da Penha, art. 8º e inciso IX, com o objetivo de diminuir as desigualdades e a discriminação, garantindo a formação continuada dos educadores;</p> <p>3. Realizar campanhas contínuas de divulgação do Centro de Referência de Atendimento as mulheres vítimas de violência - CREMV, disque 180, disque denúncia municipal 0800 643 1407, protocolo de saúde, e implementar rede de atendimento de mulheres em situação de violência, com foco no atendimento psicossocial;</p> <p>4. Regulamentar a Lei de criação da casa de passagem do município de Florianópolis, criar casa abrigo, criar casa de apoio para mulheres em situação de rua, residência terapêutica para mulheres com transtornos mentais e casa</p>

	<p>de apoio a mulheres indígenas e em situação de rua.</p> <p>5. Garantir o desenvolvimento de políticas públicas as especificidades de mulheres negras, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, garantir os temas transversais de classe, raça, gênero, orientação sexual, enfrentamento as desigualdades, nas capacitações dos servidores da Prefeitura Municipal de Florianópolis.</p>
Estado	<p>1. Manutenção das Coordenadorias de Igualdade Racial, Mulher, Idosos e Juventude vinculadas a Casa Civil;</p> <p>2. Capacitar os profissionais que atuam nas delegacias para o atendimento e encaminhamento dos casos de violência contra a mulher, bem como capacitar os recursos humanos e melhorar o atendimento da delegacia especializada de Florianópolis;</p> <p>3. Garantir que o Judiciário organize um mutirão para viabilizar o julgamento célere (prazo máximo de 6 meses) dos processo de violência contra mulher, priorizando as cidades de Lages, Criciúma, Balneário Camboriú , Chapecó e Mafra, bem como ampliar os recursos humanos da Vara e das Delegacias especializadas, para garantir o tramite rápido dos processos.</p>
União	<p>1. Manutenção da SPM no que se refere ao vínculo, estrutura, equipe e orçamento, garantindo que se torne uma política de estado.</p> <p>2. Criação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.</p>
Eixo 3 - Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações	
Município	<p>1. Estimular e fortalecer Conselhos, Fóruns e organizações de mulheres para a promoção de debates e ações pertinentes a demandas de política para mulheres, incluindo a produção de materiais específicos para as plataformas eleitorais, com acessibilidade comunicacional para mulheres com deficiência;</p> <p>2. Garantir que no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas dos cargos de primeiro escalão (secretarias, superintendências, diretor geral) sejam ocupadas por mulheres respeitando o recorte étnico-racial;</p> <p>3. Garantir que a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres</p>

	<p>possa realizar Seminários e Fóruns participativos para Mulheres, tendo em vista eleger prioridades no processo de definição e aprovação do Orçamento público municipal (PPA, LDO, LOA), assegurando a transversalidade das políticas para mulheres;</p> <p>4. Estimular o desenvolvimento de pesquisas acerca da participação de mulheres nos sindicatos, movimentos sociais e espaços de ativismo/associativismo, com o objetivo de mensurar a participação política das mulheres e incentivar maior protagonismo político das mulheres nos espaços públicos para além dos partidos políticos;</p> <p>5. Desenvolver campanhas permanentes de conscientização em torno da violência contra as mulheres no espaço doméstico, na sociedade e seu reflexo nos espaços políticos, com vistas a romper com o protagonismo masculino na ocupação dos espaços públicos, com reserva orçamentária de 10% do total de verbas destinadas à publicidade para esse fim.</p>
Estado	<p>1. Desenvolver campanhas permanentes de conscientização em torno da violência contra as mulheres no espaço doméstico, na sociedade e seu reflexo nos espaços políticos, com vistas a romper com o protagonismo masculino na ocupação dos espaços públicos, com reserva orçamentária de 10% do total de verbas destinadas à publicidade para esse fim;</p> <p>2. Estimular o desenvolvimento de pesquisas acerca da participação de mulheres nos sindicatos, movimentos sociais e espaços de ativismo/associativismo, com o objetivo de mensurar a participação política das mulheres e incentivar maior protagonismo político das mulheres nos espaços públicos para além dos partidos políticos;</p> <p>3. Garantir que a Coordenadoria Estadual da Mulher possa realizar Seminários e Fóruns participativos para Mulheres, tendo em vista eleger prioridades no processo de definição e aprovação do Orçamento público estadual (PPA, LDO, LOA), assegurando no mínimo 10% de verbas para a transversalidade das políticas para mulheres.</p>
União	<p>1. Desenvolver campanhas permanentes de conscientização em torno da violência contra as mulheres no espaço doméstico, na sociedade e seu reflexo</p>

	<p>nos espaços políticos, com vistas a romper com o protagonismo masculino na ocupação dos espaços públicos, com reserva orçamentária de 10% do total de verbas destinadas à publicidade para esse fim;</p> <p>2. Estimular o desenvolvimento de pesquisas acerca da participação de mulheres nos sindicatos, movimentos sociais e espaços de ativismo/associativismo, com o objetivo de mensurar a participação política das mulheres e incentivar maior protagonismo político das mulheres nos espaços públicos para além dos partidos políticos;</p> <p>3. Articular a aprovação da PEC 182/2007 que objetiva reservar progressivamente (10%, 12% e 16%) assentos para mulheres nos legislativos em todos os níveis.</p>
--	---

EIXO 4 - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações

Município	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar Secretaria Municipal de Políticas públicas para Mulheres e Fundo Municipal de Políticas para Mulheres, tendo em vista inserir o Plano Municipal no PPA Municipal, LDO e LOA, para sua operacionalização; 2. Aprimorar fluxograma de atendimento e serviços para mulheres em situação de violência (Protocolo de Atendimento e Articulação de Serviços Públicos), com especial atenção para atendimento às pessoas em situação de violência crônica (a partir de 72h); 3. Regulamentar Lei de criação da Casa Abrigo e Casa de Passagem; 4. Fortalecer o controle social na área, bem como participação protagônica da mulher em espaços políticos; 5. Realizar campanhas preventivas e divulgação de programas, projetos, e equipamentos para mulheres em situação de violência.
Estado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dar autonomia administrativa, financeira e de recursos humanos à Coordenadoria Estadual para que ela possa se tornar executora da política para as mulheres no Estado, possibilitando a sua transformação em Secretaria de Estado da Mulher; 2. Criação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres e inserção do mesmo no PPA Estadual, LDO e LOA tendo em vista alocação de recursos e real

	<p>efetivação do mesmo;</p> <p>3. Criação do Fundo Estadual de Política para as Mulheres e instituir o Repasse Fundo a Fundo;</p> <p>4. Regulamentação da Lei n.122/2013 [Observatório da Violência contra a Mulher].</p>
União	<p>1. Transformar a SPM em Ministério da Mulher;</p> <p>2. Criar o Fundo Nacional de Políticas para as Mulheres e garantir recursos na LDO e LOA;</p> <p>3. Regular por instrumento legislativo o Sistema Nacional de Políticas para Mulheres, definindo equipamentos públicos nos municípios (a exemplo de Centro de Referência e Cidadania para Mulheres) e Fluxograma de atendimento e Articulação dos Serviços Públicos para mulheres.</p>

BLOCO III – Lista das Delegadas Eleitas para a Conferência Estadual

DELEGADAS GOVERNAMENTAIS - Titulares

Nome:	Elaine Teresinha Góes da Luz
Rg:	16643836
CPF:	488.027.359-72
Endereço:	Rua Reverenas Gelson dos Santos Castro, 420, Rio Tavares, Florianópolis, SC.
E-mail:	elainetgl@bol.com.br
Telefone:	48. 99593293
Nome:	Elizete Aparecida Vieira
Rg:	1668685
CPF:	771.950.949-87
Endereço:	Rua Manoel Loureino, 57, Apto 103, Barreiros, São José,SC
E-mail:	vieiraelizetea@gmail.com
Telefone:	48. 48. 96112776
Nome:	Maria Aparecida Cabral de Sá Nunes
Rg:	45712735
CPF:	030.570.437-04
Endereço:	Serv. Antônio Lineu da Silva, 66, Córrego Grande, Florianópolis, SC.
E-mail:	cidinhajv@ig.com.br
Telefone:	99802903
Nome:	Roseli Maria da Silva Pereira
Rg:	1467858
CPF:	713.111.499-53
Endereço:	Rod SC 406, 6063, Armação do Pântano do Sul, Florianópolis, SC.
E-mail:	roselipereiraa@gmail.com
Telefone:	48. 99085753
Nome:	Waleska Regina Becker Coelho de Franceschi
Rg:	2783971-0

CPF:	780.805.259-00
Endereço:	Rua do Gramal, 759, Campeche, Florianópolis, SC.
E-mail:	waleska.pmf@gmail.com
Telefone:	48. 91197601/48. 32374415

DELEGADAS GOVERNAMENTAIS - Suplentes

Nome:	Dalva Kaiser
Rg:	2646428
CPF:	811.949.009-68
Endereço:	Av Des Pedro Silva 3162 ap 104 Coqueiros Fpolis
E-mail:	dalvak@yahoo.com.br
Telefone:	48.91284299

Nome:	Flávia Helena de Lima
Rg:	30554782-3
CPF:	256389938-94
Endereço:	Ser. Manoel Tiburcio Duarte 269 Rio Vermelho Fpolis
E-mail:	coppir@gmail.com
Telefone:	48.99574729

Nome:	Magda Cristina de Matos
Rg:	1765394
CPF:	713107389-04
Endereço:	Rua Manoel Pizollati, 244, bl a8, Jardim Atlantico, Florianópolis
E-mail:	magdamatos1967@gmail.com
Telefone:	48.84136283

DELEGADAS SOCIEDADE CIVIL - Titulares

Nome:	Ana Carolina Arndt
Rg:	7026780
CPF:	106.805.589-85
Endereço:	Rua Manoel Pedro Teixeira, 363, Rio Vermelho, Florianópolis

E-mail:	ana-arndt@hotmail.com
Telefone:	48.98058333
Nome:	Carla Simara Luciana Silva Salassário Ayres
Rg:	7253438
CPF:	367.328.708-74
Endereço:	Rua Fernando Ferreira Melo, 376, bl 4 ap 34, Bom Abrigo, Florianópolis
E-mail:	carlazzl@hotmail.com
Telefone:	48.96181298
Nome:	Helena Jucelia Vidal de Oliveira
Rg:	4816347
CPF:	049.829.779-92
Endereço:	Rod Joao Glaberto Soares, nº 9543, Rio vermelho, Florianópolis
E-mail:	helenaquilombola@gmail.com
Telefone:	48.96376197
Nome:	Leny Baessa Nunes
Rg:	5824079
CPF:	543.775.529-53
Endereço:	Rua Procópio Manoel Pires, 105/402, Trindade, Florianópolis, SC.
E-mail:	lenyban@hotmail.com
Telefone:	
Nome:	Luciana de Freitas Silveira
Rg:	2827936
CPF:	015.771.929-40
Endereço:	Rua José Boiteux, 448, Centro, Florianópolis, SC
E-mail:	lusilveirah@gmail.com
Telefone:	48.96317934
Nome:	Maria de Fátima Goulart Capela
Rg:	5.623.812 ssp sc
CPF:	084.004.519-02

Endereço:	Rua Major Costa, Centro, Florianópolis
E-mail:	fatimacapela.ufsc@gmail.com
Telefone:	48.98095799
Nome:	Mariana Salvatti Mescolotto
Rg:	45189560
CPF:	008.994.209-40
Endereço:	Av. Mauro Ramos, 1624, Centro, Florianópolis, SC
E-mail:	mesama@ig.com.br
Telefone:	48.99657180
Nome:	Raquel Felau Guisoni
Rg:	48369159
CPF:	428.158.949-04
Endereço:	Rua Ogê Fortkamp, 111 apto 301 D, Trindade, Florianópolis, SC
E-mail:	raquelguisoni@gmail.com
Telefone:	48.91618665

DELEGADAS SOCIEDADE CIVIL – Suplentes (Por ordem de Classificação)

Nome:	Renata Dornellas
Rg:	49752596
CPF:	084.275.969-79
Endereço:	Rua Alzira V. Vieira, 40, Capoeiras, Florianópolis, SC
E-mail:	renatadornellas@live.com
Telefone:	91666628
Nome:	Alessandra Caroline Ghiorzi
Rg:	19385366
CPF:	899.981.111-53
Endereço:	Av. Cap. Romualdo de Barros, 544, Carvoeira, Florianópolis
E-mail:	alessandra@ghiorzi.com.br
Telefone:	48.91236066

Nome:	Patrícia Pinto Ribeiro Inda
Rg:	3974394
CPF:	974.432.120-20
Endereço:	Rua Vereador Vidal Procópio Lonh, 111, Centro, Santo Amaro da Imperatriz
E-mail:	patricia.pinto.ribeiro@hotmail.com
Telefone:	48.32458590/48.96015506/48.84457877
Nome:	Rita de Cássia Pereira Vasconcelos
Rg:	5980281
CPF:	592.438.488-87
Endereço:	Rua dos Ilheus, 20 apto 301, Centro, Florianópolis, SC.
E-mail:	rita@nextpromo.com.br
Telefone:	48.30251210
Nome:	Loreci Damasseno
Rg:	659698
CPF:	729.395.759-91
Endereço:	Rua Sipriano Nunes, 667,
E-mail:	massenasilva10@hotmail.com
Telefone:	48.96126337

PROGRAMAÇÃO DA 4. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

24 de setembro de 2015

08h00 Credenciamento;

09h00 Regimento Interno;

11h00 Abertura;

12h00 Brunch no local;

13h30 Conferência de Abertura

- 13h30 - Rosali Scalabrin, representante da SPM/PR/Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas: Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres;
- 13h50 – Sônia Malheiros Miguel, Assessora Especial da SPM/PR: Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres e os eixos temáticos da 4ª CMPM;
- 14h30 – Dalva Maria Kaiser: Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres – Plano Municipal de Políticas para Mulheres;

15h00 - Café Cultural;

15h40 Formação dos grupos;

18h00 Encerramento do primeiro dia.

25 de setembro de 2015

09h - Retomada dos trabalhos de grupos;

11h30 Brunch no local;

13h00 Plenária: apresentações dos resultados em grupo e aprovação dos indicativos;

15h30 Café Cultural;

16h00 Apresentação e votação das delegadas para a Conferência Estadual;

18h00 Encerramento.

PERFIL DAS PARTICIPANTES

A 4. Conferência de Políticas para Mulheres abriu um sistema de pré-inscrição, pelo qual se inscreveram cerca de 249 pessoas para participarem do evento. A divulgação foi realizada por meio de diversos canais, como cartazes, distribuição de folders, site da Prefeitura Municipal de Florianópolis e Redes Sociais.

Apesar do número de inscritos previamente, no dia do evento participaram 128 pessoas, isto é, aproximadamente 52% do total de inscrições realizadas anteriormente, apenas.

Do total de participantes, 93% foram do sexo feminino, 3,90% do sexo masculino. Essas opções juntamente com as demais indicadas estão representadas no gráfico abaixo.

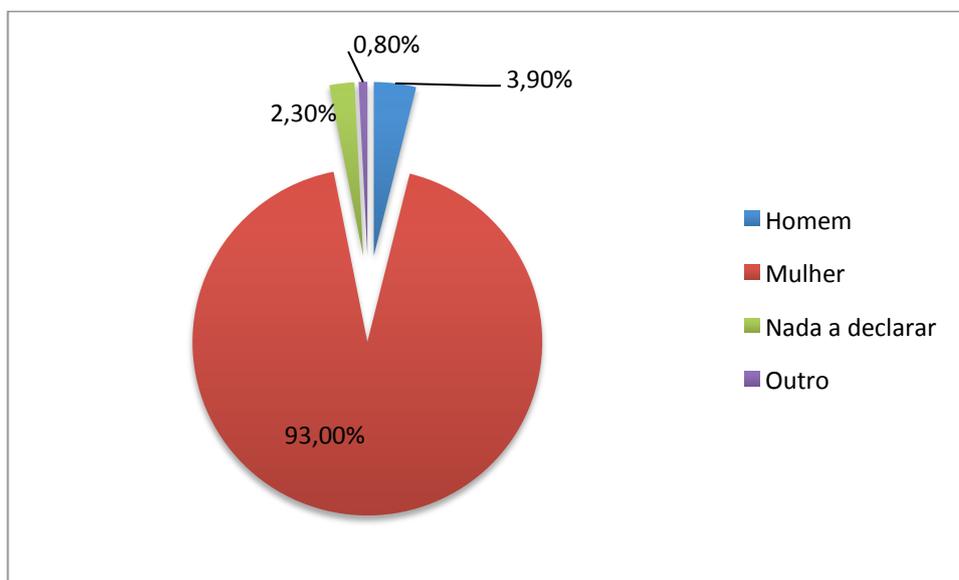


Gráfico 1 - Sexo das participantes

Com relação a raça e cor das participantes a maioria se autodeclarou como branca, totalizando 76% aproximadamente. Esse dado revela uma particularidade do Estado de Santa Catarina, o qual segundo o IBGE, é o estado com maior população branca, num total de 84%. Esse dado também revela a dificuldade de participação das mulheres negras. Segundo observa Carneiro (2003) a variável racial evidencia gêneros subalternizados, pois a condição de mulher negra é diferente de homens brancos e também de mulheres brancas. O racismo é um fator de subvalorização dos gêneros, colocando em patamares sociais diferentes negros e negras e os grupos racialmente dominantes. No caso das mulheres, essa combinação faz com que os

padrões sociais e estéticos das mulheres brancas – e com maior poder aquisitivo – sejam explorados, valorizados e propagados, operando de forma a excluir os gêneros subalternos.

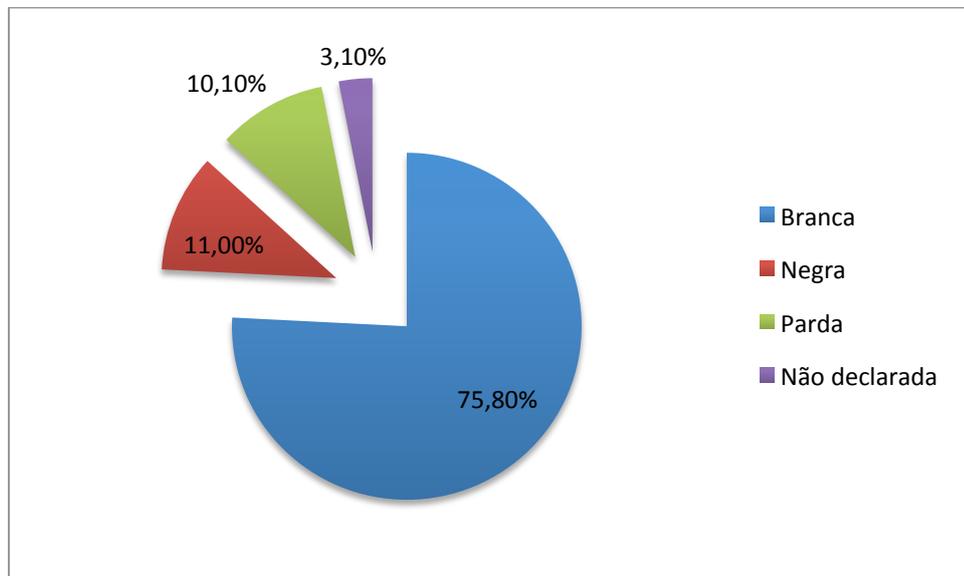


Gráfico 2 - Raça e Etnia das Participantes

Também foi questionado na ficha de inscrição, a identidade de gênero e orientação sexual das participantes. Quanto a identidade de gênero, 92,10% assinalou feminino e 3,90% masculino. “Nada a declarar” e “Outro” ficaram com 1,60% ambos. A orientação sexual está representada no gráfico abaixo:

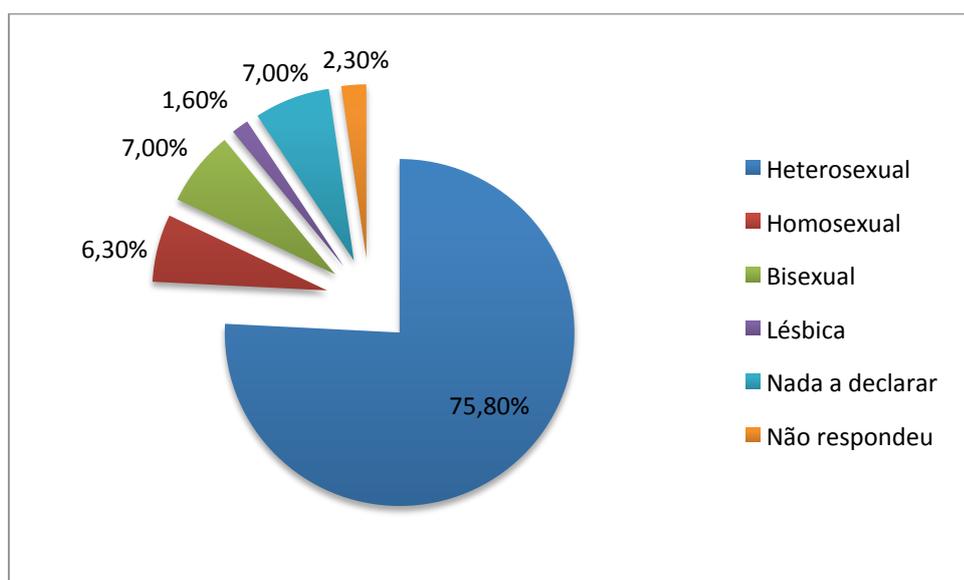


Gráfico 3 - Orientação Sexual das Participantes

Percebe-se que aproximadamente 76% das participantes é heterossexual, 6,30% homossexual, 7% bissexual e 1,60% lésbicas.

Outra informação solicitada diz respeito ao nível de escolaridade das participantes. Esse dado revela que as mulheres que participaram desse processo conferencial são de níveis mais altos de escolarização, posto que se somarmos graduação com níveis mais altos (especialização, mestrado e doutorado) chegaremos ao total de 86%.

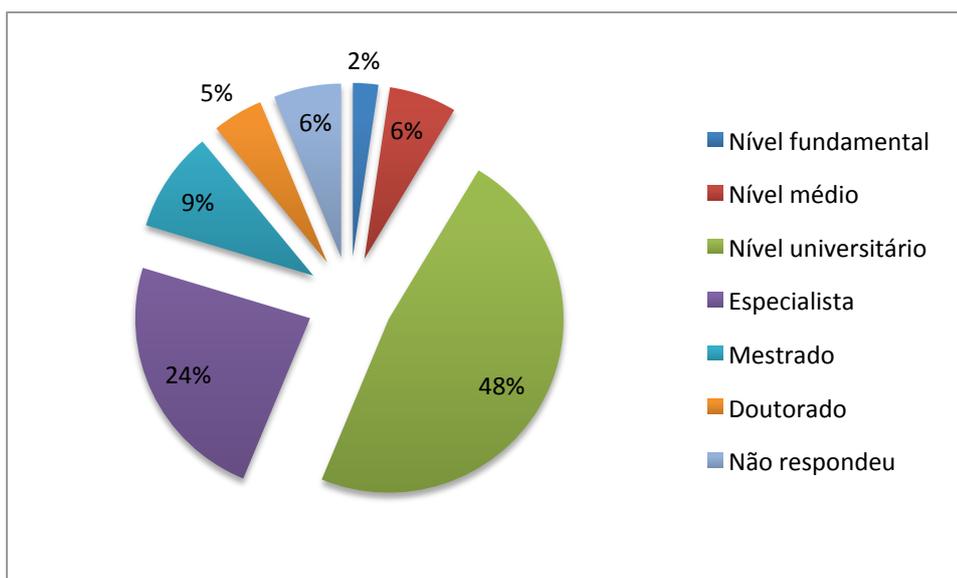


Gráfico 4 - Nível de Escolaridade das Participantes

A idade das participantes revela que além do acesso ao nível educacional, a maioria delas é adulta e tem mais de 30 anos.

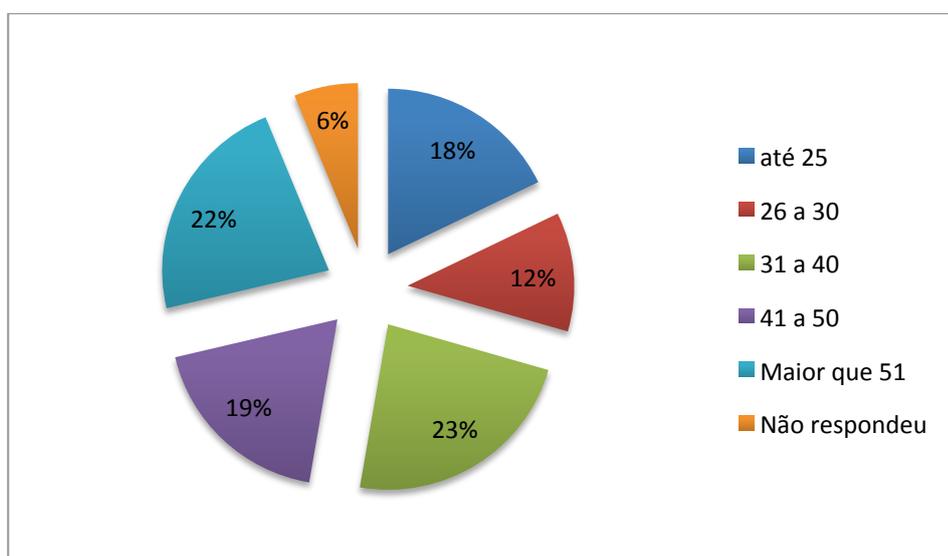


Gráfico 5 - Faixa etária das Participantes

Outro indicador importante refere-se à renda. Esse dado indica que a maioria das participantes ganha mais do que 3 salários mínimos, conforme indica o gráfico abaixo.

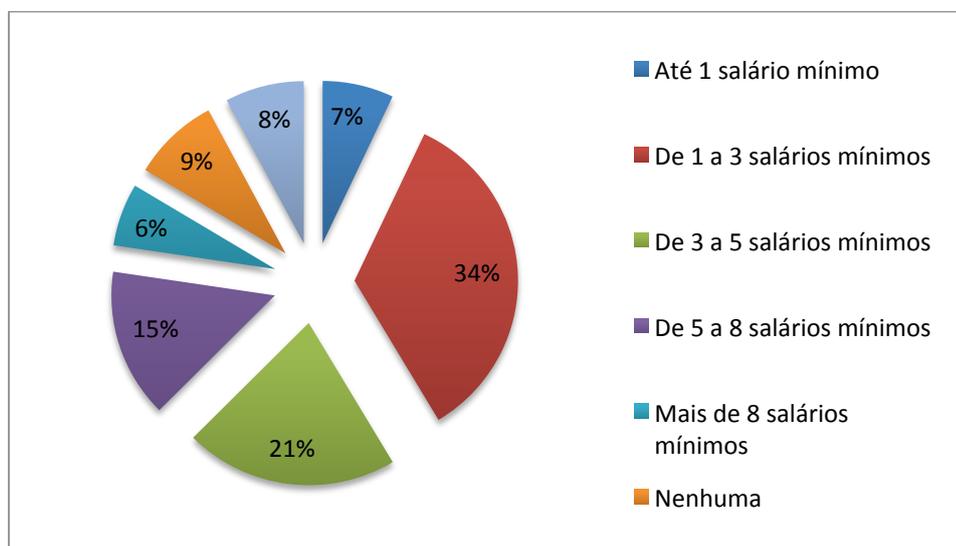


Gráfico 6 - Nível de renda das participantes

Nota-se que 34% indicou 1 a 3 salários mínimos, no entanto 21% indicou 3 a 5 salários mínimos, 15% se colocou na faixa de 5 a 8 salários mínimos e 6% indicou que recebe mais de 8 salários mínimos. Por outro lado, apenas 7% indicou receber até um salário mínimo. Assim, o dado indica que a maioria dos participantes ganha mais que 3 salários mínimos.

Dados divulgados pelo censo realizado pelo IBGE em 2010 apontava que a renda per capita domiciliar dos brasileiros era de R\$668 reais, porém a metade da população recebia até R\$375 no momento da pesquisa e 25% recebia até R\$188 mensais. Se considerarmos que o salário mínimo na época da realização da pesquisa era de R\$510, temos que a maior parte da população brasileira não recebia nem o mínimo estipulado por lei. Apesar de Florianópolis ser uma cidade que estava muito acima dessa média – posto que a pesquisa indicou que a renda per capita na capital de Santa Catarina remetia ao dobro do valor nacional – é preciso considerar que o dado da renda per capita escamotei a realidade social marcada pela desigualdade na distribuição de renda.

Desse modo conclui-se que um desafio fundamental no campo das políticas públicas para mulheres em Florianópolis é alcançar aquela parcela da população marcada pela vulnerabilidade social e pela dificuldade de acesso aos serviços públicos essenciais (saúde, educação, assistência social).

O último dado que comentaremos diz respeito à participação social. A questão perguntava se o participante estava inserido em organizações coletivas (grupos, movimentos, entidades, fóruns, etc). O gráfico abaixo indica o resultado.

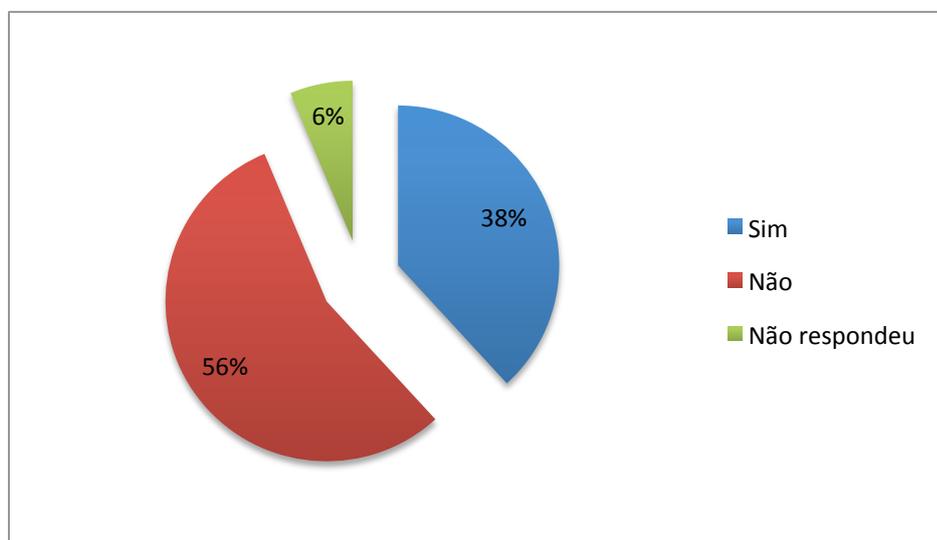


Gráfico 7 - Participação Social das participantes

Esse indicador revela que a maioria das participantes da 4. Conferência Municipal não participa de espaços político-organizativos, totalizando 56%. Esse dado coloca outro importante desafio para as políticas públicas voltadas para a mulher em Florianópolis, que é pensar estratégias de estímulo a participação social em uma conjuntura em que mulheres são estudantes, trabalhadoras e chefes de família.

Finalmente, a pesquisa indicou que as participantes são mulheres maduras, com alto nível de escolaridade e renda e que não participam de espaços políticos. Esses dados indicam previamente um perfil elitista de participação, que precisa ser problematizado e estudado, para o avanço das políticas para mulheres e seu alcance a todos os extratos sociais do município, especialmente os mais subalternizados, a exemplo de mulheres pobres, negras e das diversidades sexuais.

Referência citada:

CARNEIRO, S. (2003) **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, 17(49), pp.117-132.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais e Demográficos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> acesso em 05 out. 2015.

RELATORIA DA CONFERÊNCIA

24 de setembro - Período da Manhã

A 4ª CMPM de Florianópolis teve início no dia 24 de setembro às 8 horas da manhã com o credenciamento e café da manhã. Às 9h16 aconteceu a abertura da 4ª CMPM, com a leitura do regimento interno realizada pela componente da mesa, a presidenta do Conselho Municipal de direitos para as mulheres Kelly Vieira Meira. A mesa coordenadora salientou que houveram alterações no texto base da conferência, encaminhadas na tarde dia 23 de setembro, as quais seriam apontadas no momento da leitura, nesse sentido tais sugestões seriam discutidas e aprovadas nesta plenária.

O primeiro destaque com relação ao texto do regimento interno foi realizado por Shirley e de mais uma participante do evento. Mariana realiza um destaque referente a participação das mulheres no espaço das conferências exposto no artigo 8º. Maria Cecília realiza uma proposta de texto para o destaque realizado. Samara realiza uma proposta para que todas as mulheres possam participar deste espaço de controle social.

Silvana realiza mais um destaque para o mesmo artigo. O texto construído foi aprovado. Propôs-se a alteração do parágrafo 3º, havendo modificação do horário de credenciamento para a CMPM, das 15h40m para as 14h, atingindo assim 75% de participação na CMPM.

Maria Cecília sugeriu alteração no artigo 9º, parágrafo 2º propondo que os observadores tenham direito a voz, para não negar direito ao debate a todas as pessoas. Mariana acrescentou a importância de propiciar um debate amplo e democrático. Keli encaminhou para votação e o texto foi aprovado.

Dalva propôs uma alteração no parágrafo único do artigo 15º, alterando o tempo para pergunta de 3 para 2 minutos, o qual foi aprovado.

Keli sugeriu a alteração do texto do artigo 16º, alterando de “período vespertino” para “das 15h40 min até 18h” o tempo de duração dos eixos. Léli sugeriu alterar para “conforme programação”. Os destaques foram aprovados

Dalva sugeriu suprimir o artigo 16, eixo III. O texto foi aprovado.

Dentro dos eixos temáticos, Sheila sugeriu alterar de 3 para 5 os avanços e desafios no âmbito municipal, do eixo I ao V. A alteração foi aprovada.

Alteração do texto do artigo 20 e 21, o artigo 21 foi suprimido e o 22 foi dado destaque que as delegadas (que serão todas as mulheres inscritas) terão direito a voz e voto na plenária final e os demais apenas a voz. Ainda foi sugerido a criação de um parágrafo único dando destaque que a plenária será realizada após a eleição das delegadas. O texto foi aprovado pela plenária.

Destaque para o artigo 26, retirando a necessidade de 50 assinaturas para as moções, passando para 20 e posteriormente para 10 assinaturas. Shirlei acrescentou que estas poderão ser encaminhadas para a mesa até o final da votação. O texto foi aprovado.

Sugestão de alteração do artigo 28, no que se refere a participação como delegada para a CEPM, sobre a necessidade de apresentação de ofício ou credencial de entidade/grupo/organização. Miriam destacou a importância de não institucionalizar a participação do encontro estadual e federal, cerceando a participação de mulheres não institucionalizadas. Miriam Grossi destacou a participação de todas as mulheres, mas das que estão de alguma forma organizadas, mesmo sem credencial. Shirlei destacou que as delegadas eleitas não irão representar as suas entidades e sim a CPM. Flávia e Mariana sugeriram a retirada da necessidade do ofício para candidatar-se a delegada estadual. A proposta foi aprovada.

Às 11 horas da manhã findou-se a leitura de todo o regimento interno¹, com todos os destaques devidamente debatidos e aprovados pela mesa e pela plenária.

Após a aprovação do regimento interno e conforme colocado no mesmo, a mesa solicitou o apontamento de 4 pessoas para compor a Comissão Eleitoral para eleição de delegadas que participarão da conferência estadual. Os nomes indicados e aprovados pela Plenária foram:

- **Carmen Lucia Luís,**
- **Sheila Sabag,**
- **Janaina de Fátima**
- **Keli Vieira Meira.**

A abertura oficial da 4ª CPM iniciou às 11h15min, com a composição da mesa. As autoridades presentes nesta composição foram os (as) seguintes

- **Cesar Souza Junior** – Prefeito de Florianópolis.

¹ O documento final aprovado encontra-se no apêndice desse relatório.

- **Ana Paula Lima** – Frente Parlamentar Estadual Feminina.
- **Saete Sommariva** – Desembargadora – Coordenadora de execução penal. e violência doméstica e familiar contra a mulher CEPEVID/ TJSC.
- **Hellen Crystine Corrêa Sanches** – Promotora de Justiça titular do juizado da violência doméstica e familiar contra a mulher (34ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital).
- **Roseli Scalabrin** – Representando a Secretaria Nacional de Política para Mulheres e a Ministra Eleonora Minecucci.
- **Dalva Kaiser** – Coordenadora de Políticas para Mulheres.
- **Flavia Helena de Lima** – Secretaria Municipal de Políticas para Igualdade Racial.
- **Sheila Sagab** – Conselho Estadual de Políticas para Mulheres.
- **Kelly Vieira Meira** – Conselho Municipal de Políticas para Mulheres.
- **Rejane Varela** – PSB Mulher - Representando deputado Cleiton Salvaro neste ato.
- **Lino Peres** - Frente parlamentar dos Homens pelo fim da violência contra a mulher e vereador municipal de Florianópolis.

Após a composição da mesa, a cerimonialista convidou a todos para em sinal de respeito ficarem de pé para a execução do Hino Nacional Brasileiro. A execução foi acompanhada pela equipe de Libras.

Na sequência os membros da mesa iniciaram as suas falas, as quais, estão abaixo descritas:

- **Dalva Kaiser:** Cumprimenta os presentes da mesa. Da as boas-vindas a todas as mulheres e as que ainda não puderam estar aqui e registra que houveram mais de 250 inscrições. Agradece a comissão organizadora e coordenação, bem como PMF e secretarias que apoiaram a realização da Conferência. Solicita que as mulheres registrem por meio de fotos o evento e chamem as demais via redes sociais para também participarem. Agradece a Secretaria de Política para Mulheres, a ALESC e bancada feminina, bem como Deputado Salvaro. Deseja a todos/as um excelente evento.

- **Kelly Vieira Meira:** Cumprimenta os presentes da mesa. Aborda o cenário político e econômico nacional e a importância de fortalecer estratégias de empoderamento da mulher diante da instabilidade do momento atual.
- **Sheila Sagab:** Cumprimenta a mesa e agradece a Coordenadoria. Coloca que no dia de hoje além da Conferência de Florianópolis está ocorrendo a de Itá e de Dionísio Cerqueira. Ainda, que no ano de 2015 cerca de 164 municípios foram articulados para realizar conferências e que esse número é bem maior do que nos anos anteriores. O conselho estadual espera em torno de 800 delegadas para a conferência estadual em Lages nos dias 12 e 13 de novembro. Lages está entre as cinco cidades mais violentas de SC, no assassinato de mulheres e é um município central no Estado de Santa Catarina, o que facilita a participação de mulheres do Oeste. Por esse motivo a cidade foi escolhida para sediar a conferência estadual. Coloca que no momento atual o conservadorismo está avançando, e que esse cenário rebate nas políticas para as mulheres, a exemplo das propostas que proíbem o uso da pílula do dia seguinte, da retirada da categoria gênero nos planos municipais e estaduais e nacional de Educação, do aumento da violência intrafamiliar sexual contra crianças e adolescentes. Comenta também que a reforma administrativa do Estado retira a coordenadoria estadual da mulher da Casa Civil para a Secretaria de Assistência Social, fato que também ocorre em âmbito nacional, com a reforma que vai integrar as políticas setoriais a Secretaria de Direitos Humanos. Agradece os presentes e deseja boa conferência a todos/as.
- **Flavia Helena de Lima:** Cumprimenta as autoridades presentes em nome da Ana Paula (e não do prefeito). Coloca a importância de se pensar a particularidade da situação de exploração e violência das mulheres negras e que se pense propostas para esse segmento.
- **Rejane Varela:** Cumprimenta a mesa e coloca a importância da participação da mulher na política, que em todo o Brasil nem 10% do legislativo é composto por mulheres e que em Florianópolis nas últimas duas legislaturas não foram eleitas mulheres. Coloca que a maioria das mulheres das coordenadorias são contrárias a colocar a secretaria na assistência social pois “a mulher está sempre colocada na cozinha” e precisa de um lugar de protagonismo. (Sic!)

- **Lino Peres:** Cumprimenta a mesa e coloca a importância de uma frente masculina pelo fim da violência contra as mulheres, em virtude da sociedade patriarcal que vivemos e a cultura machista. Coloca que a agenda dessa frente é conjunta e que o objetivo é trabalhar com os homens, por uma sociedade livre de preconceitos e violência. Afirma que mesmo nos países socialistas o debate sobre as opressões aos negros e mulheres é uma pauta que não avançou muito, fato que demonstra que esse debate é fundamental.
- **Roseli Scalabrin:** Cumprimenta todos os membros da mesa e justifica a ausência da ministra e coloca a mensagem da Ministra Eleonora Menicucci no vídeo. [Nesse vídeo a ministra aborda genericamente o tema da conferência e a importância do espaço político e participação das mulheres. Coloca que esse tema visa subsidiar o debate sobre as políticas para as mulheres no Brasil, bem como impulsionar o avanço necessário para a igualdade e a maior participação de mulheres em espaços políticos]. Parabeniza os conselhos municipais e estadual pela realização da conferência e coloca a importância do tema **“mais direitos, participação e poder para as mulheres”**. Aborda que ampliou muito o número de municípios envolvidos desde a última edição, bem como a realização de Conferências Livres. Coloca que está no governo, mas também continua na condição de militante, e nesse sentido, defende a inclusão da pauta da mulher no PPA. Coloca que as políticas para mulheres é uma pauta do Estado e não de feministas e que é preciso avançar para todos os municípios brasileiros. Destaca a importância de avançar na institucionalidade das Políticas para as mulheres, não perdendo a autonomia da Secretaria. Alerta para o retrocesso que vem ocorrendo nas pautas do Congresso Nacional com relação as políticas para mulheres, igualdade racial e outras pautas relacionadas aos direitos humanos. Agradeceu a possibilidade de participação na Conferência.
- **Hellen Crystine Corrêa Sanches:** cumprimenta a todos os presentes e destaca a importância da Conferências para o aperfeiçoamento das Políticas Públicas. Agradece a possibilidade de participar deste momento e destaca a conferência como um espaço de articulação para pensar as políticas e trabalhar na prevenção de agressões e violação de direitos das mulheres. Assim como, melhorar os

serviços e a atuação da rede de atendimento, para diminuir a violência e tornar Florianópolis uma cidade mais igualitária.

- **Ana Paula Lima:** cumprimenta a todos os representantes da mesa e a agradece o convite de participação na Conferência. Destaca que tem percorrido o estado e participado das Conferências Municipais, desta forma, percebe que a mulher sempre teve esse papel de cuidadora, tanto dos espaços como das pessoas. Sendo assim, cabe ao estado se responsabilizar pelos cuidados a essas mulheres cuidadoras, e isso se dá através do aprimoramento das políticas. Parabeniza a todas as mulheres que sempre se mantiveram na luta pela efetivação dos seus direitos.
- **Cesar Souza Junior:** cumprimenta a todos os presentes da mesa e inicia sua fala destacando os avanços nos direitos e ampliação dos serviços oferecidos a mulher no município. Destaca que eventos como a 4ª CPM colaboram para o aprimoramento e ampliação da rede de serviços. Salaria a necessidade de ações afirmativas que deem respostas para as usuárias dos serviços, que acabam ficando a mercê de que seus registros policiais tenham andamento. Aborda reportagem da imprensa local que denunciou mulheres e adolescentes que foram mantidas em cárcere privado. Ressaltou a necessidade da retomada da pauta de gênero na escola, a qual, na época, foi mal conduzida. Se comprometeu a receber a coordenadora de política de mulheres com o resultado da conferência e declarou aberta a 4ª CPM.

Após a realização de todas as falas da mesa de abertura, houve a execução do Hino de Florianópolis – Rancho de Amor a Ilha. A mesa se desfez as 11 horas e 30 minutos, com a saída de todos para o almoço. A programação não teve nenhum atraso, ocorrendo conforme havia sido prevista.

24 de setembro - Período da Tarde

A retomada das atividades após o almoço ocorreu as 13h30min com a fala da cineasta e produtora Flávia Cresson, a qual veio divulgar o seu filme, chamado “Antonietta de Barros” que retrata a cultura negra em Florianópolis. Flávia realizou uma pesquisa acerca da vida de

Antonieta, e percebeu como a história dela não está em todos os lugares e as pessoas não sabem, em muitos casos nem de sua existência. Apresentou o filme, feito com imagens de arquivos que conta a história dela. O objetivo do filme é levar a história de Antonieta ao maior número de pessoas. A mesma está em busca de parcerias para financiamento do filme, e seu lançamento está previsto para novembro.

Nesse momento também ocorreu o sorteio de livros do IEG/UFSC para as participantes da conferência.

Para a palestra Magna da tarde que teve início às 13h40min, as seguintes autoridades foram chamadas para compor a mesa:

- **Flavia Helena de Lima** – Secretaria Municipal de Políticas para Igualdade Racial. (Assumi a coordenação da mesa).
- **Roseli Scalabrin** – Representando a Secretaria Nacional de Política para Mulheres e a Ministra Eleonora Minecucci. (palestrante)
- **Sônia Malheiros Miguel** – Representando a Secretaria Nacional de Política para Mulheres e a Ministra Eleonora Minecucci. (palestrante)
- **Dalva Kaiser** – Coordenadora de Políticas para Mulheres. (palestrante)

Flávia abriu a mesa da parte da tarde chamando Roseli Scalabrin para dar início a sua fala. A temática da palestra prevista para a tarde foram os 4 eixos da CNPM, os quais foram divididos entre as palestrantes. Roseli apresentou eixo III e IV.

- III - Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.
- IV - Sistema Nacional de Política para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Roseli iniciou sua fala tratando do eixo III – Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações, salientando que as mulheres continuam a margem na disputa pelo poder, e que no Brasil somos 51% do eleitorado e apenas 9% no Congresso, logo este cenário precisa ser revertido. Aponta que nós mulheres cuidamos do mundo, sempre fomos cuidadoras desde que nascemos fomos preparadas para cuidar. Sendo assim, cabem algumas perguntas: “Por que essa pouca representatividade”? “É natural que as mulheres brasileiras não gostem do poder”? “Não tem aptidão política”? “Por que nos outros países as mulheres participam mais e no Brasil não evolui”?

Relata que nos países onde encontramos mais mulheres no poder, já foram criados mecanismos de legislação que garante maior participação. No Brasil, apesar da luta pelas cotas esses mecanismos ainda são muito irrisórios. Precisamos defender o sistema que queremos, começando por uma reforma política que amplie essa participação efetivamente. Não apenas das mulheres, mas dos setores mais vulneráveis não representados no Congresso, como por exemplo, negros e indígenas.

Ressalta que a luta pela reforma política tem uma história desde 2004, e que no governo PT houve uma grande articulação para aumentar essa participação, onde aconteceram muitos avanços, mas que ainda “é preciso democratizar a democracia”, valorizando e fortalecendo os mecanismos de participação. Ainda, aponta que a agenda da reforma política no Brasil, teve um retrocesso nesse período, além de nossa sociedade estar alicerçada em valores conservadores, o nosso Congresso também se mostra conservador, retirando pautas importantes referentes aos direitos humanos.

Debateu a importância de os partidos políticos reservarem pelo menos 30% das vagas para candidaturas femininas e fez a exposição de alguns eixos da reforma do sistema político na Plataforma dos Movimentos sociais. Entre as mudanças propostas na plataforma estão: Financiamento público exclusivo da campanha, pois podemos perceber que sempre representam o Congresso, aqueles ligados a grandes corporações. Não há uma paridade. Sendo assim, o fim do financiamento de campanha pelas empresas pode contribuir ajudar a garantir a paridade. Observa-se ainda uma manobra política, no que se refere aos 30% das vagas destinadas as mulheres, onde os partidos colocaram laranjas, para preencher os cargos destinados às mulheres, apenas para não perder os recursos. Falta de representação, o que faz pensar que não é importante termos mulheres na representação.

No que se refere ao eixo IV – Sistema Nacional de Política para as Mulheres: subsídios e recomendações, sustenta a criação de mecanismos que garantam os direitos das mulheres, como a descentralização da gestão das políticas, criar estratégias de organização do sistema e garantir sua execução no PPA, criar o Fundo de investimentos para a política. Aponta que as conferências devem debater sobre esse sistema e batalhar para sua aprovação no Conselho Nacional, salientando a importância disso para a segurança do Política, “essas políticas não podem ficar na dependência da boa vontade dos governos, precisa virar lei para ser garantida”.

Com o tempo de sua fala já esgotado, Roseli encerra a sua palestra e recebe de Dalva um presente em forma de agradecimento. (Os slides que subsidiaram a fala dessa palestrante, está disponível nos anexos deste relatório).

Flávia agradece a palestrante e chama Sônia Malheiros Miguel para realizar a sua fala. Sônia irá dar continuidade a exposição dos eixos propostos para a CNPM, ficando com o eixo I e II.

- I - Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.
- II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

Sônia iniciou sua fala as 14:15h cumprimentando a todos e inicia sua intervenção destacando que os dois eixos que lhe foram delegados estão muito interligados. Relembra que a 1ª, 2ª e 3ª conferências se centraram na discussão do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O plano foi elaborado a partir do debate da 2ª e 3ª conferência. Sendo assim, a palestrante questiona se faz sentido ainda discutir e trazer mais demandas das mulheres, ou se esse seria o momento para debater quais as estruturas que temos no Brasil para que o Plano Nacional se torne efetivo, tendo em vista que o levantamento das demandas já foi suficiente. Então, nesta 4ª CMPM seria importante focar em debater as estruturas que viabilize a realização dessas demandas. Pensar em estruturas que respeitem as diversidades das mulheres. Avaliar essas estruturas, qual a articulação que temos para essas políticas chegarem na vida dessas mulheres.

Deve-se questionar: como estão sendo implementadas essas políticas e como os Estados estão estruturados para implementar essas políticas? Qual a contribuição dos conselhos e dos movimentos feministas?

Aponta que nos anos 1980 aconteceram muitas lutas de mulheres, movimento de mulheres organizadas para a garantia de direitos. A criação da Secretária de Políticas para mulheres também foi resultado de muita luta, de muita briga. “Nossa luta deve ser para que as políticas propostas sejam políticas de Estado e não políticas de governo. Na nossa concepção o

Estado é feito para população e a questão dos direitos é central. Seja qual for a solução nós continuaremos. Os governos passam, mas as mulheres continuam brigando por seus direitos.”

Coloca que esta 4ª conferência está sendo muito interessante, pois está mostrando muito a atuação dos Conselhos, vários municípios se juntaram para estar organizando a conferência e realizando uma série de pré-conferências, o que aumenta muito a participação popular.

Aborda ainda que no começo de outubro será realizada uma conferência com mulheres ciganas, e que vários estados estão fazendo conferências com grupos de mulheres de segmento específicos da sociedade. Salienta que o coração da conferência não é a nacional, porque ela está encerrando um processo. O coração da conferência está nos municípios.

Levanta novos questionamentos: Quais são as políticas que temos para as mulheres aqui em Florianópolis? Temos um conselho municipal bem estruturado? Temos um diálogo bom com a secretaria? Quais são as questões centrais que os municípios precisam para se estruturar? Desta forma, devemos usar esse momento para fazer uma avaliação do que já temos e pensar o que deve ser melhorado. É fundamental que se pense nas políticas com os municípios.

Sobre os resultados das conferências de maneira geral, aponta que estão sendo muito importantes. Com as conferências municipais está havendo a reativação de muitos conselhos da mulher, e ainda destaca a importância da realização das conferências livres que vão até dezembro de 2015. Outro avanço é a existência em todas as unidades da federação tem uma coordenadoria estadual. A conquista de um organismo governamental de políticas para as mulheres, sem dúvidas, é um passo muito importante, as políticas para as mulheres cresceram muito, é inegável o crescimento, no entanto, ressalta que há uma preocupação ainda com a fragilidade disso, “coisas que viemos conquistando a duras penas serem destruídas”.

Encerra colocando que apesar do cenário nacional estar complicado, as pessoas prosseguem na resistência. “O processo da conferência é um exemplo de que estamos aqui, estamos pensando sobre as políticas, estamos pensando nas mulheres, na democracia e na justiça social”.

Flávia agradece a palestrante, a qual recebe um presente de agradecimento da Dalva, pela palestra na conferência. Flávia passa a palavra para a terceira e última palestrante do dia, Dalva Kaiser.

Dalva aponta que no município de Florianópolis aconteceram 5 conferências livres, e que antecedendo a conferência, a câmara técnica fez adequações no Plano Municipal de políticas para as mulheres. No dia 17 foi realizado um seminário para adentrar a discussão (o qual, está registrado na apostila que todos receberam).

Dalva explica o trabalho da equipe da Coordenadoria da mulher, que é uma equipe mínima para dar conta da temática. São 11 eixos que exigem muito trabalho de articulação. Neste sentido, é preciso uma secretaria bem articulada com bons profissionais.

Questiona o fato de não haver vereadora mulher em Florianópolis, apontando isso como um desafio para a política do município. Relata ainda o processo de negociação para a presença do Prefeito para participação na Conferência da Mulher, afirmando a importância em ter o gestor presente neste processo.

Expõe brevemente os eixos do I Plano de Políticas Públicas para Mulheres, quais sejam:

1. Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica;
2. Educação para igualdade e cidadania;
3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
5. Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
6. Desenvolvimento sustentável com segurança alimentar, igualdade econômica e social;
7. Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;
8. Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias;
9. Enfrentamento ao racismo, sexismo, capacitismo, bifobia, Lesbofobia e Transfobia: Diálogos e perspectivas;
10. Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência;
11. Monitoramento e avaliação do Plano.

Prossegue sua fala apresentando os slides, comentando o Plano Municipal e as ações da Coordenadoria².

Aponta que o terceiro eixo, relativo à saúde das mulheres, é o que tem mais ações para apresentar, são muitas ações, vão ficar a cargo dos grupos de discussão.

No que diz respeito às estruturas municipais, destaca a necessidade de uma secretaria de política para as mulheres em Florianópolis e ainda a implantação de uma casa-abrigo pública, para mulheres em situação de violência.

Relata a grande campanha de enfrentamento à violência que ocorre no município, havendo a ocorrência de movimentos e manifestos todos os anos e a realização de encontros para discutir a participação das mulheres nos espaços de poder.

Encerra sua fala apontando apoio que tem recebido junto à prefeitura, mas que ainda é preciso mais, como o fortalecimento da coordenadoria da mulher.

As falas se encerram às 15h e Flávia, coordenadora da mesa, abre espaço para perguntas. Houve apenas um questionamento da representante da Associação dos Surdos de Florianópolis. Ela pergunta sobre as possíveis ações/projetos para as mulheres surdas em âmbito municipal e federal. Dalva Maria Kaiser ressalta que algumas ações estão sendo desenvolvidas na Coordenadoria de Políticas para Mulheres em Florianópolis.

Em âmbito federal está sendo desenvolvido um Programa para inclusão das mulheres surdas, esclarece a representante da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Na sequência, Alessandra do IEG/UFSC realizou o sorteio de mais livros para todas as participantes da conferência. Por fim, houve a realização de um café cultural, com a participação do Grupo de Mulheres do Pântano do Sul, as quais realizaram uma apresentação de danças, cirandas e cantos folclóricos.

Após o “Café Cultural”, às 15h40min deram início os grupos de discussão dos eixos temáticos que fecharam os trabalhos do primeiro dia de conferência às 18h.

² Os slides compõem o anexo desse relatório.

25 de setembro

As atividades da sexta-feira dia 25 de setembro de 2015, tiveram início às 9 horas com o café da manhã e as assinaturas das listas de presença. Na sequência os participantes já se encaminharam para os grupos de discussão dos eixos, os quais finalizaram por volta das 11h30min para o almoço que foi realizado no local.

As atividades da tarde retomaram às 13 horas, onde ocorreu o sorteio de mais livros do IEG/UFSC para as participantes da conferência. Em seguida, ocorreu a apresentação dos resultados e propostas discutidas nos grupos durante a tarde do dia 24 e a manhã do dia 25, as quais foram debatidas e aprovadas pela plenária.

Composição da Mesa para plenária: Kelly Vieira Meira, Carmen Lúcia Luiz, Sheila Sagab.

Leitura do Eixo I - Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

A relatora do primeiro eixo que apresentou os resultados do seu grupo foi a representante da UBM, Patrícia Pinto Ribeiro Ida. Apenas um destaque foi realizado, Carmen sugeriu que retirasse a categoria “mulheres trans”, pois estas já se encontravam contempladas pelo termo “mulheres LBT”. O destaque de Carmen foi aprovado pela plenária.

Leitura do Eixo II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

A relatora do segundo eixo que apresentou os resultados do seu grupo foi Flávia Helena de Lima. Foram realizados destaques. Raquel sugeriu inserir o termo “classe” na redação do item 5. No entanto Flávia sugeriu manter o texto. A proposta foi colocada em votação e venceu a inclusão da palavra classe.

Relatoria do Eixo III - Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.

O terceiro eixo teve como relatora Mariana Ferreira. Neste grupo não houve a especificação de avanços e desafios, apenas houve a exposição de recomendações. Foram realizados destaques, os quais foram debatidos e postos em votação na plenária.

Relatoria Eixo IV - Sistema Nacional de Política para as Mulheres: subsídios e recomendações. Leitura de recomendações:

O quarto e último grupo a realizar a relatoria foi o eixo IV, que teve como relatora Rita. Os destaques realizados pela plenária foram postos em debate e votação, todos os destaques foram aprovados.

Encerrada a leitura, votação e aprovação das propostas trazidas pelos grupos de discussão, foi dado início às 14 horas a leitura das moções que foram encaminhadas à mesa, como previsto regimentalmente.

A leitura das Moções de Repúdio e Moções de Apoio, além de dois manifestos, foi feita pela coordenadora da mesa Kelly Vieira Meira. Uma das moções chegou à mesa fora do prazo estipulado pelo regimento, no entanto a plenária aprovou que a moção fosse lida e posta em votação, tendo sido aprovada³.

Encerrada a leitura das moções, a programação da tarde foi invertida, ao invés dos participantes saírem para o “Café Cultural”, foi dado sequência a plenária com a apresentação das delegadas municipais candidatas a delegadas estaduais, tendo em vista realizar o encerramento com o Café Cultural.

³ As moções aprovadas compõem o próximo item desse relatório.

MOÇÕES

Moções de repúdio

1. “Moção de repúdio a retirada das discussões de gênero e sexualidade do plano municipal de educação na forma indicada pelo prefeito de Florianópolis com o apoio das entidades religiosas, sem qualquer debate ou consulta pública”.
2. “Moção de repúdio a retirada das diretrizes voltadas para o respeito, a diversidade, a orientação sexual e a identidade de gênero do plano municipal, estadual e federal”
3. “Moção de repúdio aos projetos de lei nº5096/2013 e 6335/2009 que tramitam no congresso nacional e visam impedir o atendimento as mulheres vítimas de violência sexual e a realização do aborto legal, ou seja, nos casos que a lei brasileira autoriza, sendo os casos de anencefalia, risco de vida e estupro”.
4. “Moção de repudio a votação dos deputados na comissão especial que analisou o parecer ao PL 6583/13 (Estatuto da Família), que reconhece como famílias, somente aquelas formadas por homem, mulher e filhas e filhos biológicos”.
5. “Moção de repúdio contra os juroz altos”.
6. “Moção de repudio a atitude e ao posicionamento da Juíza Elaine Cristina de Souza Freitas, da Comarca de Garopaba/SC, diante da destituição do poder familiar de Maria das Graças Pereira de Jesus, remanescente do Quilombo Santa Cruz”.

Moções de apoio

1. “Moção de apoio a aprovação do projeto de Lei nº7633/2014 que tramita no Congresso Nacional e visa a humanização de assistência a mulher e neonato durante a gravidez, parto e pós-parto”.
2. “Moção de apoio a manutenção da Coordenadoria Estadual da Mulher, na Secretaria Estadual da Civil do governo de Santa Catarina”.
3. “Moção de apoio a manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, vinculado ao gabinete da presidência da república, com a permanência de status de Ministério”.
4. “Moção de apoio a aprovação dos projetos de lei nº4829/2013 e 2084/2013 que tramitam na Assembleia Legislativa de Santa Catarina para a implementação de medidas de informação e

proteção contra a violência obstétrica e o acompanhamento por doulas no trabalho de parto, parto e pós-parto”.

5. “Moção de apoio a articulação entre sociedade civil e o Fórum Municipal de Florianópolis e Fórum Estadual, para ampliação da participação e representação política das mulheres”.

6. “Moção de apoio a PEC 182/2007, aprovada no senado federal, em transito para a câmara dos deputados, que institui reserva de cadeiras legislativas para as mulheres, em porcentagens progressivas (10%, 12% e 16%) nas próximas três eleições”.

7. “Moção de apoio a imediata a aprovação do projeto de lei da Câmara nº130/2011, já aprovado pela câmara federal, atualmente tramitando no Senado da República, na Comissão de Assuntos Sociais, que propõe multa para punir quem desrespeitar a proibição da pratica de discriminação salarial entre homens e mulheres”.

Manifesto

1. “Nenhum direito a menos, democracia se faz com diálogo e participação”.

2. “Em defesa da democracia e dos direitos humanos, pela igualdade de gênero na educação”.

ATA DE ELEIÇÃO DAS DELEGADAS PARA A 4. CEPM

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2015 a Plenária final da 4. Conferência de Políticas Públicas para Mulheres do Município de Florianópolis (4. CMPM) se reuniu para realizar a eleição de delegados para a 4. Conferência Estadual de Políticas para Mulheres (4 CEPM).

A mesa foi presidida por Carmem Luiz, da Comissão Eleitoral, eleita após aprovação do Regimento Interno. A mesma informou que no segmento governamental, houveram cinco inscrições, quais sejam:

1. *Waleska Regina Becker Coelho de Franceschi – Secretária Municipal de Educação de Florianópolis*
2. *Elaine Teresinha Gões da Luz – Fundação Franklin Cascaes*
3. *Roseli Maria da Silva Pereira – Secretária Municipal de Assistência Social*
4. *Elizete Aparecida Vieira – Secretária Municipal de Assistência Social*
5. *Maria Aparecida Cabral de Sá Nunes – Secretária Municipal de Políticas Públicas para Mulheres*

A plenária considerou o Parágrafo Único do Artigo 28 do Regimento Interno: “Florianópolis seguirá as orientações da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres na seguinte proporção: I - 60% das representantes da Sociedade Civil (8 –oito representantes), II - 40% de representantes do Governo local (5 – cinco representantes)”. Sendo assim, não foi necessário realizar votação para o segmento governamental, posto que as candidatas são em número de cinco, exatamente o número de vagas disponíveis para o município.

No segmento não-governamental houveram 15 inscritas, sendo que uma delas, a Sra. Lenir Baess teve sua inscrição indeferida pela Comissão Eleitoral por não ter assinado a Lista de Presença. No entanto a Sra. Lenir participou em todos os momentos da 4. CMPM, apenas esqueceu de assinar a lista em algum momento. Desse modo, foi colocado para apreciação da plenária, a qual referendou sua inclusão na listagem de candidatas a delegadas para a 4. CEPM. A listagem final de inscritas ficou com 15 candidatas, que transcrevemos abaixo com a respectiva representação:

1. Renata Dornellas – UCE – União Catarinense dos Estudantes

2. Maria de Fátima Goulart Capela – UJS Feminista – Coletivo Anita Garibaldi
3. Patrícia Pinto Ribeiro Inda – UBM – União Brasileira de Mulheres
4. Alessandra Caroline Ghiorzi – IEG – Instituto de Estudos de Gênero/UFSC
5. Carla Simara L. Silva – Grupo Acontece – Arte e Política LGBT
6. Mariana Salvati Mescolotto – Coletivo Parto Plural – Caminhada Jane Jacobs Floripa
- ~~7. Cleci Livinalli – Ecosul~~
- ~~8. Schirlei de Azevedo do Amaral Ribeiro – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas – SC~~
9. Helena Jucélia Vidal de Oliveira – Quilombo Vidal Martins
10. Raquel Felau Guisoni – Central dos Trabalhadores e Trabalhadora do Brasil PCdoB
11. Ana Carolina Arndt – UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas
12. Luciana de Freitas Silveira – Movimento Negro Unificado de Santa Catarina – MNU e Coletivo 4P UFSC
13. Rita de Cássia Pereira Vasconcelos – ACIF Mulher e Conselho Estadual Mulher Empresária
14. Loreci Damasseno – Executiva PRB
15. Leny Baess Nunes – APASC e Conselho Municipal do Idoso

Todas as candidatas fizeram sua apresentação para a plenária, sendo que duas não estavam presentes e não se apresentaram, tendo sido descredenciadas nesta votação, quais sejam: Cleci Livinalli e Schirlei de Azevedo do Amaral Ribeiro.

Após a apresentação das candidatas, ao final em número de 13 em virtude das duas ausências, foi realizada a votação por meio de cédula eleitoral, sendo que cada delegada da sociedade civil pode votar em até 08 candidatas.

Conforme § 1º do Artigo 28 do Regimento Interno: “As Delegadas mais votadas em cada segmento representativo constituirão, em ordem decrescente, as Delegadas Titulares e as Delegadas Suplentes para a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de SC.”

Foram apuradas o total de cédulas eleitorais. Com o escrutínio da votação, as delegadas pela ordem foram definidas:

Candidata	Contagem de Votos
<i>Delegadas Titulares</i>	
1. Carla Simara L. Silva	33
2. Helena Jucélia Vidal de Oliveira	32
3. Luciana de Freitas Silveira	30
4. Raquel Felau Guisoni	29
5. Leny Baess Nunes	28
6. Mariana Salvati Mescolotto	23
7. Ana Carolina Arndt	23
8. Maria de Fátima Goulart Capela	22
<i>Delegadas Suplentes</i>	
9. Renata Dornellas	21
10. Alessandra Caroline Ghiorzi	20
11. Patrícia Pinto Ribeiro Inda	16
12. Rita de Cássia Pereira Vasconcelos	14
13. Loreci Damasseno	9

Após a homologação da eleição das delegadas da sociedade civil, foram indicadas delegadas suplentes, no segmento governamental, o qual não houveram inscrições, são elas:

1. Dalva Kaiser – Coordenadoria de Políticas para Mulheres
2. Flavia Lima – Coordenadoria de Políticas para Igualdade Racial
3. Magda Cristina – Secretaria do Continente

Após a aclamação da Plenária Final, a Coordenadora Dalva Kaiser fez a fala de encerramento da 4. Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, agradecendo a presença e colaboração de todas e exaltando a qualidade e importância do debate realizado.

Não tendo mais nada a relatar, eu, Relatora Geral da 4. CMPM, Mirella Rocha, assino a presente ata.

Mirella Rocha

25 de setembro de 2015.

AVALIAÇÃO DA 4 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLITICAS PARA MULHERES

Para avaliação pelas participantes foi realizada pesquisa de avaliação, pela qual as pessoas indicavam quatro níveis de avaliação: excelente, ótimo, bom e regular para 20 itens, quais sejam:

ID	ITEM/AVALIAÇÃO
01	Divulgação
02	Local de realização
03	Acesso ao Local
04	Acessibilidade
05	Credenciamento
06	Aprovação do Regimento Interno
07	I Exposição temário
08	II Exposição temário
09	III Exposição “Plano Municipal de Política para Mulheres”
10	Tempo das Exposições
11	Alimentação
12	Divisão de Grupos de Trabalho
13	Salas de Discussão dos GTs
14	Tempo para a discussão dos eixos nos GTs
15	Qualidade das discussões nos Gts
16	Processo de Inscrição de delegadas
17	Processo de eleição de delegadas
18	Temática da 4. CPM
19	Dias escolhidos para realização da 4. CPM
20	Organização Geral do Evento

A tabulação da avaliação em todos os itens indica que a maioria dos participantes avaliou a 4. Conferência Municipal de Políticas para Mulheres como Ótimo ou Excelente, conforme indica o gráfico abaixo.

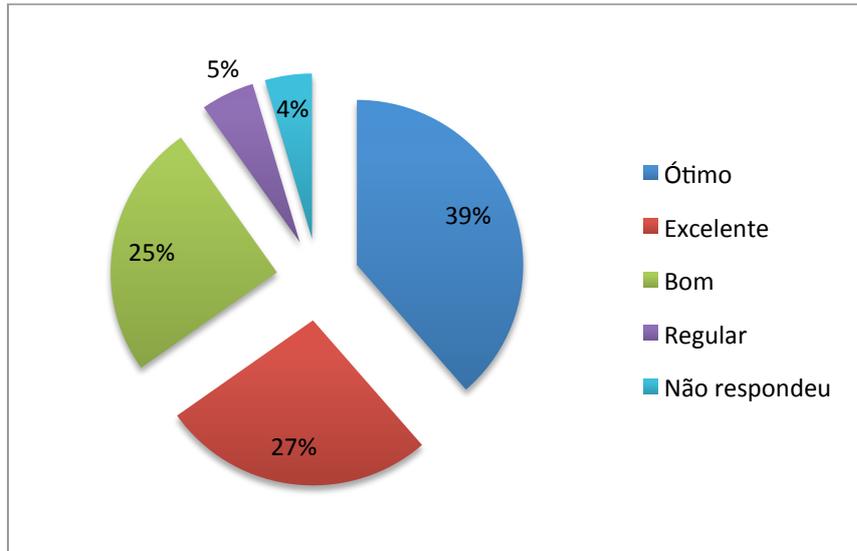


Gráfico 8 - Avaliação Geral da 4. CMPM

Além da avaliação geral havia um campo para pontos positivos e negativos. Com relação aos pontos positivos, foram ressaltados a organização, o local do evento e o temário, conforme evidencia gráfico abaixo:

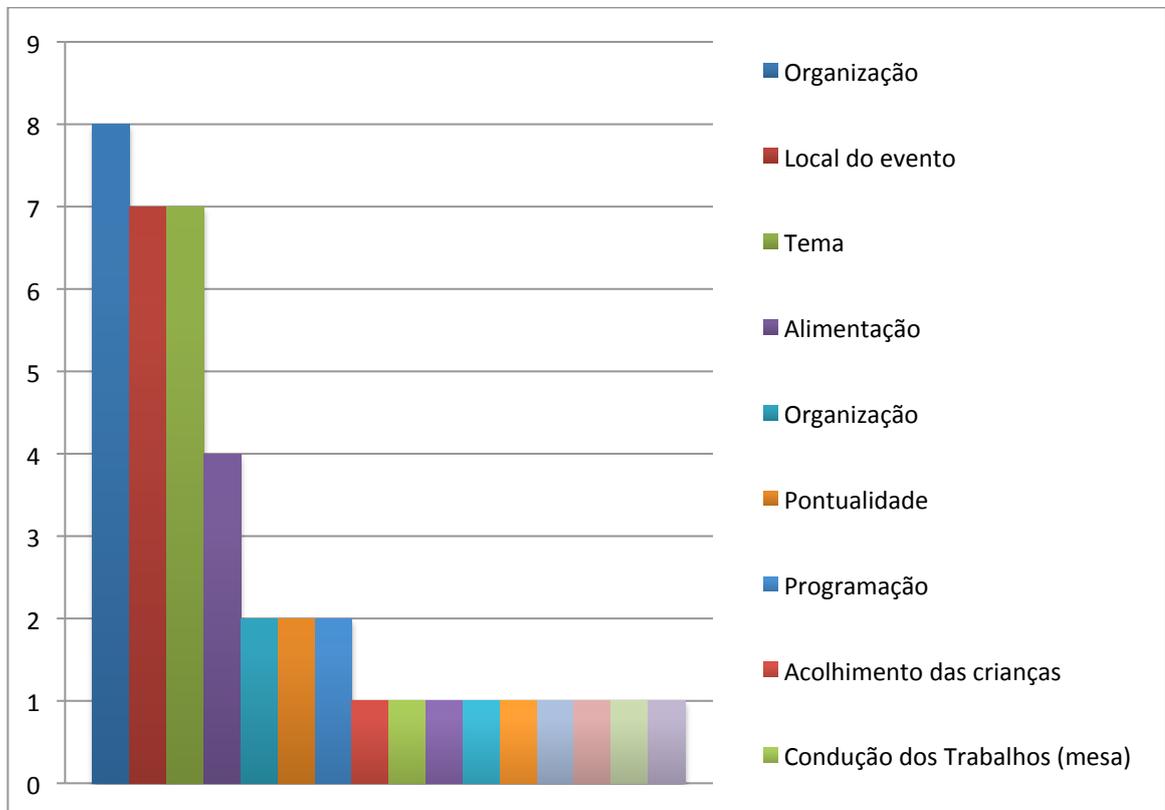


Gráfico 9 - Pontos Positivos Indicados pelas Participantes

Com relação aos pontos negativos, foram ressaltadas a data de realização da Conferência, posto que muitas participantes reclamaram do fato de ocorrer em dia de semana e horário em que muitas trabalham; a qualidade da alimentação e a participação reduzida no espaço, conforme evidencia o gráfico abaixo:

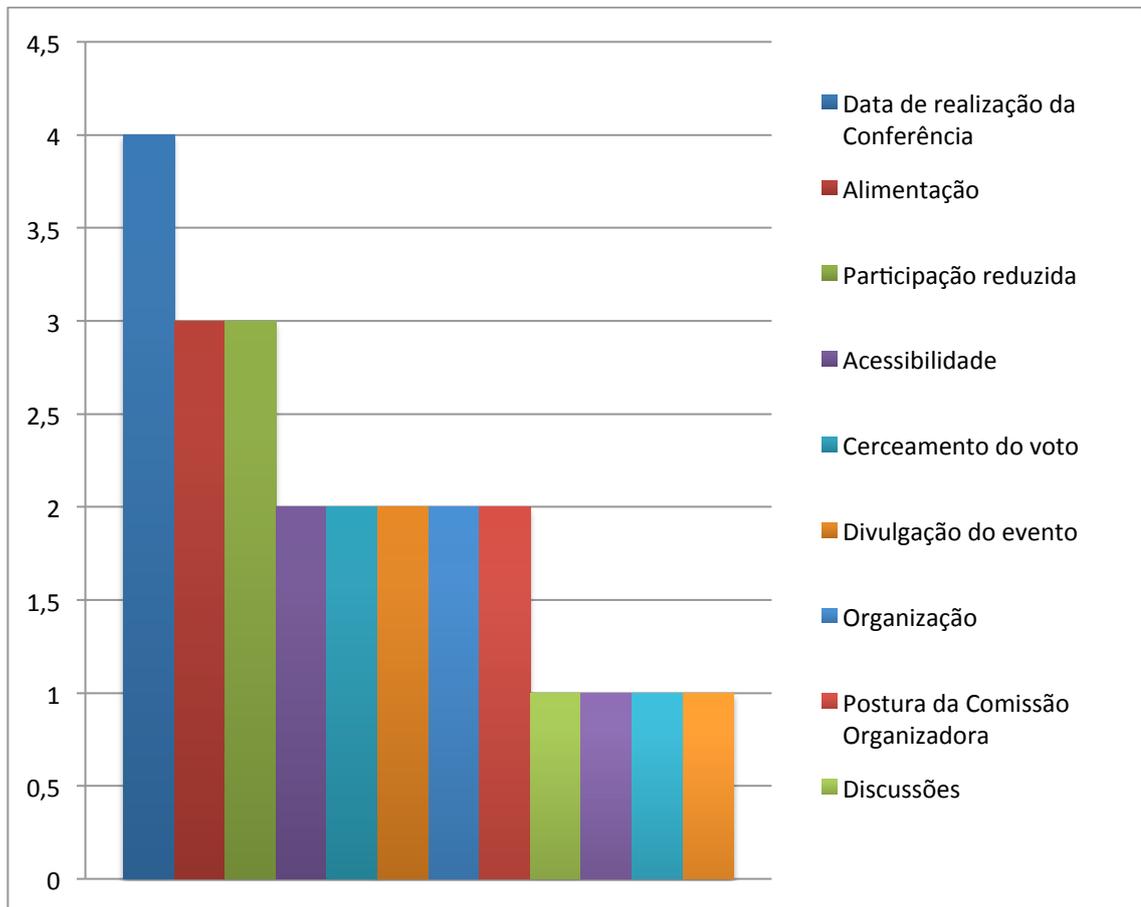


Gráfico 10 - Pontos Negativos Indicados pelos Participantes

APÊNDICE

1) SISTEMATIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS LIVRES (ETAPA PREPARATÓRIA)

Em Florianópolis foram realizados 5 eventos preparatórios para a 4. Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, quais sejam:

- Pré-Conferência Livre sobre violência obstétrica, dia de 2015.
- Pré-Conferência Livre as mulheres e o direito a cidade, dia de 2015.
- Pré-Conferência Associação das mulheres negras Antonieta de Barros (COPA LORD), dia de 2015.
- Pré-Conferência Livre Pântano do Sul (Conselho Pastoral da Comunidade da Armação, Casa da Rendeira Pântano do Sul, Casa da Rendeira da Armação), dia de 2015.
- Pré-Conferência Livre Marcha das Mulheres (UNEGRO), dia de 2015.

Aqui consta a sistematização do debate ocorrido nesses eventos, os quais compuseram a etapa preparatória da 4. Conferência.

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA LIVRE: AS MULHERES E O DIREITO À CIDADE

Propostas

Eixo I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

Avanços:

1. Resistência à cultura machista e patriarcal.
2. Ampliação das interrelações dos movimentos feministas e urbanos.

Desafios:

1. Desenvolvimento e estreitamento das relações entre os diferentes grupos de defesa dos direitos das mulheres, do ponto de vista digital e presencial.
2. Garantir a participação da mulher nas fases de diagnóstico, de proposta e nas decisões sobre os projetos urbanos.
3. Superar o urbanismo funcionalista, segregador de funções e de pessoas, que reforça a exclusão da mulher. Entender a cidade como sistema complexo, onde as diferentes funções - residência, cuidado da família, trabalho remunerado e lazer – estão relacionadas e integradas no espaço urbano.

Eixo II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal.

Desafios:

1. Garantir espaço no centro da cidade de Florianópolis para que mulheres indígenas possam dormir com seus filhos, além de garantir o direito delas de ocupar as calçadas para vender artesanato. Há projeto da comunidade indígena para a criação ou participação de uma casa de artesanato no Centro da cidade de Florianópolis, que, inclusive, já existe, mas que não é utilizada para a venda do artesanato indígena.
2. Oferecer transporte público de qualidade com valor diferenciado (mais barato ou gratuito) às mulheres, pelo fato de histórico e socialmente serem mais exigidas financeiramente e no âmbito doméstico.
3. Construir ostensivamente, com ações no campo da segurança pública, e preventivamente, no âmbito da educação, ações que ampliem os espaços públicos de presença feminina.

Eixo III - Sistema político com participação das mulheres e igualdade:

Desafio: criação de sistema de cotas que determine quantidade de mulheres parlamentares que corresponda à proporção feminina da população brasileira.

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA LIVRE: VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

PROPOSTAS

Eixo I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades (**desafios**)

1. Garantia à gestante do direito ao parto humanizado, conforme sua vontade, à mínima interferência médica, acompanhamento, correta informação sobre procedimentos e direitos, e ao abortamento seguro.
2. Incluir e dar ênfase à violência obstétrica em relação às mulheres negras e as mulheres indígenas, contra quem esta violência é ainda maior e mais cruel.
3. Aprovação da lei de acompanhamento da gestante no trabalho de parto, parto e pós-parto por doulas;

Eixo II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: **desafios**.

1. Alteração do modelo de assistência praticado nos estabelecimentos de saúde por meio de equipe multidisciplinar composta de obstetriz/parteira, enfermeira obstetra e doula;
2. Elaboração de cartilhas sobre fisiologia do parto, falsas indicações de cesáreas, intervenções médicas no trabalho de parto (ocitocina, episiotomia, analgesia, etc), violência obstétrica, plano individual de parto e sua divulgação na rede de atendimento à gestante da rede pública e privada. Criação de grupos de trabalho para a elaboração de cartilhas sobre o tema;
3. Ampliação da rede cegonha na Região oeste e extremo oeste de Santa Catarina.

Eixo III- Sistema político com participação das mulheres e igualdade - **desafios**:

1. Garantia da participação da sociedade nos Comitês de mortalidade materna, dando real efetividade a esta, além de promover o controle social sobre tais comitês;
2. Ações de fiscalização e promoção da defesa da mulher e a criação de um canal exclusivo para recebimento de denúncias de violência obstétrica pelo Disque 180

3. Obrigatoriedade de adequação dos serviços de atenção obstétrica e neonatal de referência aos aspectos sócio-culturais de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganas, entre outros);

Eixo IV- Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

RECOMENDAÇÕES:

1. Desmedicalização do atendimento pré-natal, parto e pós-parto por meio de políticas públicas de atendimento por doulas, parteiras e enfermeiras obstétricas na gravidez de baixo risco;
2. Acabar ou, ao menos, diminuir as práticas relacionadas a residência médica – os chamados hospitais escolas –, onde as parturientes são utilizadas como verdadeiras cobaias de aulas práticas. Para isso, incentivar pesquisas onde a atuação dos residentes possam ser feitas em máquinas e protótipos, não mais em seres humanos.
3. Aprovação do Projeto de Lei nº 7.633/2014;

SUBSÍDIOS

1. Publicização dos índices de cesáreas e partos normais, episiotomias, acompanhantes por instituição (públicas e privadas, civis e militares) e profissional de saúde (de acordo com o vínculo: público, particular, em plantão obstétrico, credenciado pelo plano de saúde);
2. Ampliação do curso de obstetrícia nas Universidades Federais;
3. O combate à violência obstétrica deve começar ainda durante a formação acadêmica dos profissionais da saúde com disciplinas que tratem da humanização do parto e do nascimento, com a inserção de disciplinas curriculares neste sentido, bem como, a atualização e reciclagem periódica dos profissionais da saúde sobre as recomendações da Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e Agência Nacional da Saúde.

Além destas, a Conferência coletou as seguintes propostas de políticas públicas sobre a temática:

- Estabelecer como direitos do neonato o nascimento digno e seguro, o contato com a mãe logo no primeiro momento de vida quando não houver impedimento médico.
- Participação da rede de saúde suplementar nos programas “Rede Cegonha”, “Amamenta Brasil” e “Hospital Amigos da Criança”;
- Campanhas de sensibilização e capacitação do Poder Judiciário;
- Investimento e políticas contínuas para a criação e manutenção das Casas de Parto (Portaria 985/1999 do Ministério da Saúde);
- Normativa do ministério da saúde para que mulheres possam levar a placenta para casa caso desejem e não haja impeditivo clínico para tal;
- Adequação das vestes hospitalares para utilização durante o trabalho de parto, a fim de que as mulheres possam deambular livremente, mantendo, no entanto, seu direito à privacidade, evitando constrangimento e exposição excessiva;
- Atendimento psíquico, pela rede pública, às mulheres que sofreram violência obstétrica.
- Políticas Públicas de Humanização para mulheres em situação de abortamento. Mulheres que sofrem abortamento espontâneo são vítimas de preconceito, falta de assistência e são negligenciadas no atendimento.
- É necessário legislar autorização durante o pré natal para a realização de procedimentos no corpo da mulher (como toque, episiotomia e outros) por estudantes. É direito da mulher decidir se quer ou não ser objeto de estudo.
- Há necessidade de mais cuidados no pós-parto com episiotomia ou parto com pontos, orientando melhor as mulheres em como cuidar desses pontos e atentar para que essa recuperação é mais lenta e ainda ter acesso imediato e preferencial a especialistas caso o corte ou laceração tenham trazido prejuízos ao corpo feminino como fisioterapia e plástica de reconstituição da região perineal.
- Atendimento no pré-natal que vise a instruir as mulheres da possibilidade de conseguir um parto sem laceração ou laceração mínima, com apoio de fisioterapia e exercícios.
- Criar grupos de apoio ao pós-parto, no âmbito da saúde primária, assim como já foram criados grupos de apoio as gestantes, sendo esse um espaço aberto para mães e seus bebês, e que sejam acolhidas para que compartilhem suas experiências, pois o pós-parto é uma fase com muitos desafios, que são ainda maiores para

mulheres que sofreram alguma violência obstétrica, ou que convivem com a violência doméstica.

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA LIVRE:

COPA LORD Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros

PROPOSTAS

Eixo II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

Avanços

1. Consolidação da coordenadoria da mulher
2. Consolidação do Conselho Municipal da Mulher
3. Aprovação do plano municipal de políticas para mulheres

Desafios

1. Criação do Centro de Convivência para mulheres idosas/no terreno da cidade da criança;
2. Garantir que as políticas públicas para as mulheres tenham foco na mulher idosa;
3. Garantir a implementação da lei de 30% de cotas para os cargos de comissionados do primeiro escalão do serviço público;

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA LIVRE: PANTANO DO SUL

Conselho de Pastoral da Comunidade da Armação - CPC

Casa da rendeira Pântano do Sul e Casa da Rendeira Armação

Eixo I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades:

Desafio:

1. Que o COMDIM possa ser conhecido em todas as comunidades do município. (aqui não sabiam da existência dele) -- Divulgação

Eixo II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal:

Avanço:

1. Atuação do Posto de Saúde nas escolas com um projeto pedagógico que trabalha sobre saúde das crianças, violência e sexualidade.

Demais subsídios e desafios:

1. Divulgação dos serviços públicos voltado à área da mulher;
2. Inserir no currículo escolar, nos projetos políticos pedagógicos e planejamentos, a temática que envolve as mulheres (gênero – equidade de gênero), bem como, a divulgação dos serviços públicos;
3. Criação de um CREAS e um CRAS no Distrito do Pântano do Sul;
4. Falta de equipamentos de lazer, cultura e esportes, gratuitos, para mulheres (quadra, ginásio, praças);
5. Criação de um Centro Cultural, apropriado para atendimento às famílias;
6. Parceria com as escolas públicas para uso do espaço da instituição;
7. Retomada das oficinas de arte educação das comunidades de renda de bilros
8. Apoio à Casa da Rendeira do Pântano do Sul e à Casa da Rendeira da Armação, hoje mantidas, exclusivamente, pelas rendeiras.
9. Realização de oficinas de renda de bilro com o objetivo de repassar o conhecimento e tradição do município, valorizando as rendeiras, sendo estas as oficinas contratadas pelo poder público, com o fornecimento do material necessário aos alunos;
10. Oferecer, simultaneamente às oficinas de renda de bilros, cursos de empreendedorismo, moda, etc.;

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA LIVRE:
Marcha das Mulheres Negras, UNEGRO**

Eixo I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

Avanços :

1. Serviços de saúde voltados para a mulher, campanhas contra a violência e pelo direito de viver a vida livre de violência.

Desafios:

1. A compreensão que o racismo assim como a desigualdade de gênero é uma violência e nos mata cotidianamente e isso precisa ser explicitado. Lutar pelo acesso a saúde da mulher negra. Postos de atendimento Humanizados. No estado necessitamos de dados sobre as nossas mulheres, ao falar de violência obstétrica, renda, educação, as coletas de dados sobre as mulheres negras e indígenas são urgentes, pois no estado e municípios somos invisibilizadas.

Eixo II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

Avanços fundamentais:

1. A criação da SPM e coordenadorias, o fomento de políticas para mulheres foram essenciais, a inclusão de agendas transversais sobre mulheres na política.

Desafios:

1. Efetivar a construção de agendas transversais nos municípios e dentro do estado, introduzir políticas públicas que reconheçam que as diferenças não se fazem apenas no âmbito de gênero, porém na intersecção de gênero, raça, classe e orientação sexual, as mulheres brancas heterossexuais, não podem ser as únicas almeçadas e a serem atingidas no desenvolvimento de políticas públicas. Percebo isso como o grande desafio da SPM e de suas coordenadorias.

Eixo III - Sistema político com participação das mulheres e igualdade:

Desafios:

1. Os lugares organizados para a discussão de políticas públicas precisam atentar-se para a diversidade racial, pois as mulheres brancas representam apenas uma parcela de nossa sociedade. Onde elas não se fizerem presentes é necessário pensar em ferramentas que a levem para estes espaços.
2. As gestoras públicas necessitam de formação para intersecção de Gênero, Raça, Classe e Orientação Sexual.
3. O fim de políticas universalistas que abrangem apenas as mulheres brancas, em que indígenas e negras raramente somos atingidas, as mulheres, suas dificuldades e violências não são as mesmas, ao não atentarmos para estas especificidades não atingimos as mulheres historicamente mais excluídas e violentadas em nossa sociedade.

Eixo IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Subsídios e Recomendações:

- Existe orçamento específico definido para o organismo governamental de políticas para as mulheres?
- É essencial um orçamento específico para a coordenadoria de mulheres e que este orçamento seja previsto no início de cada gestão e anualmente. Outrossim, a criação em Florianópolis de uma secretaria de mulheres.
- Quais as prioridades que seu município ou estado deveria ter em relação ou políticas para as mulheres? Políticas que reflitam agendas transversais e a intersetorialidade, como apontaremos abaixo:
 1. A implementação de políticas afirmativas que se atentem para as vulnerabilidades entre as mulheres. Saúde da mulher negra hetero, homossexual e trans, ao pensar na saúde também possamos criar mecanismos para auxiliar as mulheres negras que apontam problemas psicológicos recorrentes do racismo, a saúde mental dessa mulher negra e indígena também precisa ser pautada em nossas discussões, pois a violência racial vem matando essas mulheres.

2. Nos espaços de saúde o quesito raça e cor, precisam ser preenchidos adequadamente, priorizar a educação dessas mulheres, com grupos de EJA nos morros.
3. Campanhas com as empresas como já faz a SPM, envolvendo as empresas na educação de Gênero-Raça, é necessário envolve-las nessa discussão, pois isso afeta diretamente a Renda e o Trabalho de nossas mulheres.
4. Criar mecanismos de rede de proteção para as jovens negras ou periféricas (lazer e campanhas de saúde envolvendo essa parcela da população). A presença das coordenadorias nos bairros e nos morros é vital.
5. Junto com a secretaria de segurança precisamos discutir o risco que as mulheres habitantes de espaços periféricos enfrentam, face aos desmandos dos policiais, ao mesmo tempo essas mulheres em sua maioria tem um rosto negro. Deste modo, precisamos oportunizar essa agenda e necessidade das mulheres negras por segurança pública. Ou o município é ausente, ou quando entra nestes espaços também representa o terror.

2) REGIMENTO INTERNO – Versão Final Aprovado em Plenária

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 1º - A 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis – 4ª CMPM, convocada pelo Decreto Municipal de 13 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição número 1497, página 1, terá por objetivo geral Fortalecer a Política Nacional para as Mulheres e por objetivos específicos:

- I. Promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial das mulheres, na formulação e no controle das políticas para as mulheres;
- II. Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil para maior efetividade na execução e controle da Política Municipal para as Mulheres;
- III. Estimular a criação e o fortalecimento das organizações feministas e de mulheres;
- IV. Estimular e fortalecer a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres;
- V. Estimular o monitoramento e o fortalecimento do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;
- VI. Apresentar balanço da implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres - PMPM;
- VII. Discutir e definir subsídios e recomendações para a construção do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres;
- VIII. Discutir e elencar recomendações para um Sistema Político com participação das mulheres e com igualdade de direitos;
- IX. Trazer informações e estimular a atuação conjunta de Instituições e órgãos municipais em torno de planos e metas comuns para as políticas para as mulheres.

CAPÍTULO II - DO TEMÁRIO

Art. 2º - Nos termos deste Regimento e para dar cumprimento ao disposto no seu artigo 1º, a 4ª CMPM terá como tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres” com os seguintes eixos temáticos:

- I. Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios;
- II. Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios;
- III. Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações;
- IV. Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Art. 3º - Observados os princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, o temário proposto para a 4ª CPMMP deverá ser discutido desde a etapa municipal, considerando a realidade local, na perspectiva da consolidação ou definição de uma plataforma de políticas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e nacional, tendo como objetivo o fortalecimento das políticas para as mulheres.

§1º - A Política Nacional para as Mulheres, aprovada na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e referendada na 2ª e 3ª CNPM, orienta-se pelos seguintes princípios: igualdade e respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos; e participação e controle social.

§2º - O temário da 4ª CPMMP será subsidiado por texto-base nacional, elaborado a partir dos eixos temáticos.

Art. 4º - A 4ª CPMMP deverá propiciar o debate amplo e democrático e seu relatório final deverá refletir a opinião da sociedade Florianopolitana, em especial das mulheres.

Parágrafo único - Todas as discussões do temário e os documentos da 4ª CPMMP deverão obrigatoriamente incorporar as dimensões de classe, gênero, etnia, raça, geração, de orientação sexual e identidade de gênero, de pessoas com deficiência, rurais e urbanas, entre outras.

Art. 5º - A abordagem dos eixos temáticos referidos nos itens I, II, III, e IV será realizada em conferência de abertura por meio de exposição a cargo de conferencistas, seguida de discussão nos Grupos de Trabalho - GT.

CAPÍTULO III – DA REALIZAÇÃO

Art. 6º - A 4ª CPMO será realizada em Florianópolis - SC, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Florianópolis - CMPPM e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM.

Art. 7º - A 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres tem abrangência municipal, sendo que suas análises, formulações, proposições, relatórios e moções serão aprovadas para todas as esferas.

SEÇÃO I – Da Participação

Art. 8º - Poderão se inscrever como participantes da 4ª CPMO as pessoas interessadas no enfrentamento das desigualdades e dos efeitos perversos da exclusão e da violência de gênero contra mulheres no município de Florianópolis, na condição de:

- I – Delegadas, somente as mulheres poderão ser delegadas;
- II – Convidadas (os) /Conferencistas;
- III – Observadoras /es.

§1º - Poderão participar da 4ª CPMO na condição de delegadas, as mulheres moradoras de Florianópolis, e/ou as mulheres cujo segmento social que representam estejam localizados e/ou atuantes no município de Florianópolis.

§ 2º - As delegadas participarão da 4ª CPMO com direito a voz e voto.

§ 3º - O credenciamento das delegadas para a 4ª CPMO encerrar-se-á às 14h do dia 24 de setembro de 2015.

Art. 9º As/os participantes estabelecidos nos incisos II, do Art. 8º deste regimento, tomarão parte da 4ª CPMO, observando-se o seguinte:

§ 1º – As/os convidadas/os/conferencistas participarão a critério da comissão organizadora, com o objetivo de trazer esclarecimentos aos demais participantes e fundamentar as discussões dos Grupos de Trabalho – GT e deverão ser;

- I. Pessoas de notório saber;

- II. Trabalhadores de Instituições de Políticas para as Mulheres;
- III. Instituições de ensino e pesquisa;
- IV. Órgãos governamentais das três esferas;
- V. Membros do poder legislativo das três esferas;
- VI. Organizações da Sociedade Civil;
- VII. Conselhos de Direitos das três esferas.

§ 2º – As/os observadoras/es inscritas/os para a 4ª CPMO poderão participar na condição de ouvintes, com direito somente a voz.

Art. 10 - A 4ª CPMO contará com um momento de Abertura, Painéis, Plenária Temática, Debates e Plenária Final.

Art. 11 – A 4ª CPMO contará com Mesa Diretora, responsável pela coordenação dos trabalhos das plenárias e plenária final composta por uma representante da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, uma representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, duas conselheiras da sociedade civil do COMDIM, duas conselheiras governamentais do COMDIM-

Seção II - Da Conferência de Abertura

Art. 12 – Com o objetivo de buscar aprofundamento nos aspectos técnicos e científicos relacionados ao tema central, será organizada uma conferência de abertura na qual serão apresentados e debatidos os eixos temáticos da 4ª CPMO e o tema oficial da 4ª CPMO, constantes no Art. 2º deste regimento.

Parágrafo Único. Os Painéis terão duração de 01h30m conforme programação.

Art. 13 - A Conferência de abertura terá a colaboração de um(a) Coordenador(a) de Mesa, indicado(a) pela Comissão Organizadora, que ficará responsável por controlar o uso do tempo das/os expositoras/es.

Art. 14 - A Relatoria ficará responsável, durante a exposição, pelo resumo escrito da fala das/os expositoras/es sobre os temas.

Art. 15 - As intervenções das/os participantes poderão ser feitas oralmente ou apresentadas por escrito e encaminhadas a(o) Coordenador(a) da Mesa.

Parágrafo Único. O tempo de cada intervenção será de 02 minutos.

Seção III - Dos Grupos de Trabalho - GT

Art. 16 - Os eixos temáticos apresentados na conferência de abertura serão discutidos nos grupos de trabalho GTs compostos pelas/os participantes da 4ª CMPM, das 15:40h até as 18h e no dia 25 de setembro de 2015 das 09h as 11:30h, conforme programação.

§ 1º - Os GTs Serão em número de quatro:

Eixo I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios;

Eixo II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios;

Eixo III - Sistema Político com participação das mulheres e igualdade – recomendações:

Eixo IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

§ 2º - Em cada GT serão sistematizados indicativos para serem apresentados e aprovados na Plenária Final conforme orientações da 4ª CNPM:

- I. Eixo I - Indicar até 05 avanços e 05 desafios de âmbito municipal e 03 avanços e 03 desafios Estadual e União;
- II. Eixo II - Indicar até 05 avanços e 05 desafios de âmbito municipal e 03 avanços e 03 desafios Estadual e União;
- III. Eixo III – Indicar até 05 recomendações de âmbito municipal e 03 recomendações em âmbito Estadual e União;
- IV. Eixo IV - Indicar até 05 subsídios e 05 recomendações de âmbito municipal, 03 subsídios e 03 recomendações em âmbito Estadual e União.

Art. 17 – Cada GT contará com uma coordenadora e uma relatora escolhida pelo grupo bem como uma facilitadora, previamente indicadas pela comissão organizadora.

§1º - A coordenadora terá a função de coordenar e conduzir a reunião quanto às discussões controlando o tempo e estimulando a participação de todas as pessoas do GT.

§2º - A relatora será encarregada de sistematizar as discussões e as conclusões, redigindo as proposições elaboradas pelo grupo e, posteriormente, colaborar com a relatoria da comissão organizadora da 4ª CPM, na consolidação do relatório geral.

§3º - A facilitadora deverá exercer a função de mediadora dos debates a partir dos eixos propostos.

§4º - Ao final dos trabalhos de grupos, as proposições serão descritas, votadas e encaminhadas à plenária final para apreciação e votação.

Art. 18 – Os GTs desenvolverão suas atividades simultaneamente conforme programação da 4ª CPM.

CAPÍTULO V - DO RELATÓRIO

Art. 19 - O resultado da 4ª CPM deverá ser remetido à Comissão Organizadora Estadual para o e-mail 4cepm.sc@gmail.com, com cópia à Comissão Organizadora Nacional da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e-mail 4cnpm@spm.gov.br em até 20 dias após sua realização, conforme roteiro que será disponibilizado no site da 4ª CNPM.

§ 1º - As propostas aprovadas para o âmbito municipal serão entregues ao Prefeito e deverão ser publicadas em DOM para servir de base para a elaboração e/ou aprimoramento do plano municipal de políticas para as mulheres

CAPÍTULO VI - SESSÕES PLENÁRIAS

Seção I - Do Regulamento das Sessões Plenárias

Art. 20 – As Sessões Plenárias terão a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, o Regimento Interno; bem como as propostas dos Grupos de Trabalho, submetendo-as a votação.

Parágrafo único. A manifestação e ou intervenção das delegadas ocorrerá mediante prévia inscrição na Mesa Coordenadora, sob forma de destaque.

Art. 21 – Participam da plenária final todas/os as/os participantes da 4ª CPM, observando-se o seguinte:

- I – As delegadas terão direito à voz e voto;
- II – As/os convidados terão apenas direito à voz.
- III – Os observadores terão apenas direito a voz.

Parágrafo único: Após a plenária final será realizada a votação das delegadas para 4ª CEP (Conferência Estadual).

§ 1º. As decisões da Plenária serão todas por maioria simples dos votos.

§ 2º. Terão direito a voto as Delegadas devidamente credenciadas na 4ª CPM e que estejam de posse do crachá de identificação. Aos demais participantes será garantido o direito a voz.

§ 3º. Os Cartões de votação serão utilizados da seguinte maneira:

- a) Cartão Verde com um furo: Sim (se aprovar)
- b) Cartão Vermelho com dois furos: Não (se desaprovar)
- c) Cartão Amarelo com três furos: Abstenção (se renunciar ao direito de votar).

Art. 22 – A apresentação, apreciação e votação das propostas constantes no relatório geral dos GTs terão os seguintes encaminhamentos:

- I. As relatoras apresentarão as propostas de modo a relacionar os pontos identificados como **destaques** à plenária para serem submetidos à votação;
- II. Após a leitura das propostas os pontos **não destacados** serão considerados aprovados por unanimidade pela plenária final, e em seguida, por ordem, os **destaques** serão apreciados e votados;
- III. Todos os **destaques** deverão ser apresentados, por escrito, à mesa diretora, não cabendo exceção quanto a esta determinação;

- IV. A/o proponente do **destaque** terá tempo de dois minutos para a defesa do seu ponto de vista e, em seguida, concederá a palavra a(o) participante que se apresentar para defender posição contrária à da(o) proponente, ficando, a critério da mesa, a concessão de réplica ou tréplica, bem como o tempo destinado a cada fala. Proceder-se-á, em seguida, à votação do **destaque**;
- V. A aprovação das propostas será, por maioria simples, das delegadas presentes.

Art. 23 – Assegura-se às participantes da plenária final o questionamento, pela **ordem** à mesa, sempre que, a critério das mesmas, não seja cumprido o regulamento estabelecido neste capítulo.

Parágrafo único. No entanto, a partir do momento em que a proposta ou destaque for colocada em votação, será vetado o levantamento de questões de **ordem**.

Art. 24 – Os casos omissos serão resolvidos pela mesa diretora dos trabalhos e pela comissão organizadora, cabendo recurso à plenária.

Seção II - Das Moções

Art. 25 – Encerrada a fase de apreciação e votação do relatório geral, a presidenta da mesa diretora, franqueará às participantes a apresentação de moções.

Parágrafo Único. As Moções podem ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

Art. 26 - as moções deverão ser encaminhadas à mesa diretora com no mínimo 10 assinaturas até o fechamento da Plenária Final.

Art. 27 - Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria simples dos votos das Delegadas para serem aceitas pela mesa diretora.

CAPÍTULO VII - DA ELEIÇÃO DAS DELEGADAS

Art. 28 - O credenciamento das delegadas para a 4ª CEPM (Conferência Estadual) encerrar-se-á às 14h do dia 24 de setembro de 2015, mediante inscrição da delegada junto a Comissão Eleitoral observadas, ainda, as seguintes condicionalidades:

- I. Apresentar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência na 4ª CPM de Florianópolis.
- II. Estar presente na Sessão de Eleição e Homologação de Delegadas após a Plenária Final.

§ 1º. As candidatas a Delegadas deverão apresentar, no ato do credenciamento, documento de identificação pessoal (Carteira de Identidade e similar).

§ 2º. Florianópolis seguirá as orientações da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres na seguinte proporção:

- I. 60% das representantes da Sociedade Civil (8 –oito representantes),
- II. 40% de representantes do Governo local (5 – cinco representantes).

§ 3º. As Delegadas mais votadas em cada segmento representativo constituirão, em ordem decrescente, as Delegadas Titulares e as Delegadas Suplentes para a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de SC.

Art. 29 - Será instituída uma Comissão Eleitoral, aprovada pela Sessão Plenária da 4ª CPM após a leitura e aprovação do Regimento Interno, para a condução do processo eletivo das Delegadas para a 4ª CEPM, de, no mínimo, 04(quatro) Delegadas da Conferência Municipal, com as seguintes atribuições:

- a) Validar o credenciamento das candidatas à eleição e agrupá-los nos respectivos segmentos que representam.
- b) Confeccionar a cédula eleitoral.
- c) Eleger a Presidenta e a Relatora da Comissão.
- d) Preparar e conduzir o Processo Eleitoral.
- e) Apurar o resultado do processo eleitoral e apresentá-lo na Sessão de Homologação após a Plenária Final.

Parágrafo Único. As integrantes da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatas à eleição para Delegadas à 4ª CEPM.

Art. 30 - A relação das Delegadas eleitas e suas respectivas suplentes deverá ser encaminhada à Comissão Organizadora da Conferência Estadual até a data determinada pela referida Comissão.

Parágrafo Único. Na impossibilidade da Delegada titular estar presente na Conferência Estadual, deverá informar a comissão organizador para convocação da respectiva suplente em até 48h antes da realização da 4. CEPM.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 - Às participantes das Plenárias é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Mesa Coordenadora, sempre que julgarem não estar sendo cumprido este Regimento.

Parágrafo Único. Em regime de votação, são vedados os levantamentos de questões de ordem.

Art. 32 - Qualquer participante ou organização que constatar irregularidades na composição da Comissão Organizadora Municipal ou no processo de realização da conferência poderá apresentar recurso à Comissão Organizadora, que o examinará e, se for o caso, o remeterá à Comissão Organizadora Estadual.

Art. 33 - Será divulgado pela Comissão Organizadora, após o término do credenciamento, o número de Delegadas da 4ª CPMPTM aptas a votar, bem como o número de convidadas/os.

Art. 34 - Serão conferidos Certificados a todas/os participantes da 4ª CPMPTM, bem como as integrantes da Comissão Organizadora.

Art. 35 - O presente Regimento entrará em vigor após aprovação da plenária da 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres

Florianópolis 24 de setembro de 2015.

ANEXOS

A. Decreto de Convocação



DECRETO N. 15.023, de 12 de agosto de 2015.

**ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º E DO INCISO I, DO §1º, DO ART. 14 DO
DECRETO N. 14.898, DE 2015, QUE CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 74 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Altera a redação do art. 1º do Decreto n. 14.898, de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, a ser realizada na cidade de Florianópolis, nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, sob a coordenação conjunta da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (CMPPM) e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM)."

Art. 2º Altera a redação do inciso I, do §1º do art. 14 do Decreto n. 14.898, de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. (...)

§1º (...)

I - se para a Comissão Organizadora Municipal, enviar até a data de 08 de setembro de 2015. Após essa data, enviar para a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Estadual da Mulher de SC ou para a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 12 de agosto de 2015.

**CESAR SOUZA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL**

**JULIO CESAR MARCELLINO JR.
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL**



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Gabinete do Prefeito

PMF - GAPRE
D.O.E.M. nº. 1497 de Flóris.
Em 13 107 12015
ALEXANDRO
Assinatura

DECRETO N. 14.898, de 09 de julho de 2015.

CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E DISPÕE SOBRE SUA COORDENAÇÃO EXECUTIVA, COMISSÕES ORGANIZADORAS E PRAZOS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Parágrafo único, do Artigo 48, da Lei Complementar n. 101, de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, a ser realizada na cidade de Florianópolis, nos dias 03 e 04 de setembro de 2015, sob a coordenação conjunta da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (CMPPM) e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM).

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º A 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres – 4ª CMPPM terá por objetivo geral fortalecer a Política Nacional para as Mulheres e por objetivos específicos:

- I – fortalecer a Política Nacional para as mulheres;
- II – discutir e definir subsídios e recomendações para a construção do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres;
- III – discutir e elencar recomendações para um Sistema Político com participação das mulheres e com igualdade de direitos;
- IV - promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial das mulheres, na formulação e no controle das políticas para as mulheres no município de Florianópolis;
- V - fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil para maior efetividade na execução e controle da Política Municipal para as Mulheres;
- VI - estimular a criação e o fortalecimento das organizações feministas e de mulheres no município de Florianópolis;
- VII - estimular o fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM;
- VIII - estimular e fortalecer a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Florianópolis - CMPPM;



IX - estimular o monitoramento e o fortalecimento do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres - PMPM;

X - apresentar balanço da implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres - PMPM; e

XI - levar informações e estimular a atuação conjunta de instituições e órgãos municipais em torno de planos e metas comuns para as políticas para as mulheres, observando a transversalidade de dimensões de classe, gênero, etnia, raça, geração, orientação sexual e identidade de gênero, de pessoas com deficiência, rurais e urbanas, entre outras.

CAPÍTULO II **DO TEMÁRIO**

Art. 3º A 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres terá como tema "Mais Direitos, Participação e Poder Para as Mulheres" e os seguintes eixos temáticos:

I - contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios;

II - estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios;

III - sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações; e

IV - sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

CAPÍTULO III **DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 4º Para organização, implementação e desenvolvimento das atividades da 4ª CMPM, foi constituída uma Comissão Organizadora Municipal composta por:

I - três representantes da sociedade civil, integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, eleitas em plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

- a) Casa da Mulher Catarina;
- b) Rede Feminista de Saúde; e
- c) União Brasileira de Mulheres – UBM.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Gabinete do Prefeito

II - três integrantes da Prefeitura Municipal de Florianópolis:
a) Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres;
b) Secretaria Municipal de Assistência Social; e
c) Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental -
SMHSA.

§ 1º A Comissão Organizadora Municipal terá as seguintes competências:

- I - coordenar, supervisionar e promover a realização da 4ª CPM;II
- II - elaborar e aprovar o texto-base da 4ª CPM;III
- III - aprovar a programação da etapa municipal da 4ª CPM;IV
- IV - aprovar as propostas de metodologia e sistematização do processo de discussão da etapa nacional;
- V - definir o formato das atividades da 4ª CPM, bem como o critério para participação das convidadas e expositoras, nacionais e internacionais dos temas a serem discutidos;
- VI - acompanhar a viabilização de infraestrutura necessária à realização da etapa municipal;
- VII - orientar e coordenar o trabalho das comissões previstas no art. 5º;
- VIII - estimular a mobilização da sociedade civil e do Poder Público, no âmbito de sua atuação no município, para participarem da conferência;
- IX - orientar o processo de sistematização do relatório da Conferência Municipal que será submetido à etapa estadual;
- X - validar a Conferência Municipal;
- XI - designar as integrantes das Comissões previstas no art. 5º, podendo ampliar a composição destas, sempre que houver necessidade;
- XII - produzir a avaliação da 4ª CPM;
- XIII - providenciar a publicação do relatório final da 4ª CPM; e
- XIV - deliberar sobre todas as questões referentes à 4ª CPM que não estejam previstas neste regimento e no regulamento.

Art. 5º A Comissão Organizadora da 4ª CPM contará com uma Coordenação Executiva, composta pela Coordenadora Municipal de Políticas para as Mulheres e pela Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Parágrafo único. Compete à Coordenação Executiva:

- I - assessorar e garantir a implementação das iniciativas necessárias à execução das decisões tomadas pela Comissão Organizadora e das Comissões prevista no art. 5º;
- II - articular e viabilizar a execução de tarefas específicas de cada atividade estabelecida pela Comissão Organizadora;



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Gabinete do Prefeito

III - apoiar os trabalhos operacionais da 4ª CPM, desde seu planejamento, até conclusão do processo de avaliação;

IV - propor e organizar as pautas das reuniões da Comissão Organizadora;

V - acompanhar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Organizadora e, quando solicitada, também das demais Comissões;

VI - organizar e manter os arquivos referentes à Conferência; e

VII - encaminhar ofícios, informativos e documentos referentes à Conferência sempre que solicitada.

Art. 6º A Comissão Organizadora Municipal terá sob sua coordenação as seguintes comissões:

I - comissão Temática e de Relatoria;

II - comissão de Comunicação; e

III - comissão de Articulação e Mobilização.

§ 1º A Comissão Temática e de Relatoria é composta por:

a) Rede Feminista de Saúde;

b) União Brasileira de Mulheres – UBM; e

c) Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º Comissão de Comunicação é composta por:

a) União Brasileira de Mulheres - UBM;

b) Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes - FCFFC; e

c) Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades - NIGS.

§ 3º Comissão de Articulação e Mobilização é composta por:

a) Casa da Mulher Catarina;

b) Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA; e

c) Instituto de Estudos de Gênero – IEG.

Art. 7º À Comissão Temática e de Relatoria compete:

I - propor o roteiro e acompanhar a elaboração do texto-base da 4ª CPM;

II - organizar os termos de referência do tema central e eixos temáticos, visando subsidiar a apresentação das expositoras na Conferência;

III - propor expositoras para cada mesa temática;

IV - elaborar a relação de subtemas e os roteiros para os grupos de trabalho;

V - elaborar o roteiro para a apresentação do relatório da Conferência Municipal e orientar seu preenchimento;



VI - consolidar o relatório da Conferência Municipal para discussão na Etapa Estadual;

VII - formular proposta de metodologia e coordenar a consolidação do relatório dos grupos de trabalho da Etapa Municipal; e

VIII - elaborar, organizar e acompanhar, a publicação do relatório final da 4ª CPMO junto a Comissão de Comunicação.

Art. 8º À Comissão de Comunicação compete:

I - definir instrumentos e mecanismos de divulgação da 4ª CPMO;

II - promover a divulgação do Regimento da 4ª CPMO;

III - orientar as atividades de Comunicação Social da 4ª CPMO;

IV - estimular o registro e a cobertura midiática dos principais momentos da etapa municipal, visando sua divulgação, bem como o arquivamento de sua memória; e

V - encaminhar e acompanhar a publicação do relatório final da 4ª CPMO organizado pela Comissão de Relatoria.

Art. 9º À Comissão de Articulação e Mobilização compete:

I - estimular a organização, participação e realização da 4ª CPMO, junto aos órgãos governamentais, conselhos dos direitos e organizações dos movimentos feministas e de mulheres; e

II - fazer gestões junto ao governo municipal para garantir os recursos financeiros necessários à participação das delegadas eleitas na 4ª CPMO na etapa Estadual.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS LIVRES

Art. 10. São Etapas Livres da 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres (4ª CPMO):

I - conferências Livres Presenciais realizadas no âmbito municipal; e

II - conferências Livres Virtuais realizadas no âmbito municipal.

SEÇÃO I

Das Conferências Livres Presenciais e Virtuais

Art. 11. As Conferências Livres Presenciais e Virtuais têm caráter mobilizador e propositivo, podem ser promovidas nos mais variados âmbitos da sociedade civil e do Poder Público e não elegem delegadas.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Gabinete do Prefeito

Art. 12. As Conferências Livres Presenciais e Virtuais devem ser organizadas em torno dos eixos da 4ª CNPM e podem ser temáticas ou de grupos específicos de mulheres e contribuir com subsídios e recomendações às Conferências Municipais, Estadual e Nacional.

Art. 13. Para fim de registro as organizadoras das Conferências Livres Presenciais e Virtuais deverão enviar relatório à Comissão Organizadora Municipal, Estadual e Nacional, dependendo a quem querem se dirigir, sempre com cópia para a Comissão Organizadora Nacional.

§ 1º O relatório da Conferência Livre Presencial e Virtual deverá seguir o roteiro que será disponibilizado no site da 4ª CNPM e 4ª CPM.

§ 2º Depois de preenchido o relatório da Conferência Livre Presencial e Virtual deve ser encaminhado à instância a que se destina (Município ou Estado), com cópia para a Comissão Organizadora Nacional, para o endereço eletrônico 4cnpm@spm.gov.br, indicando no assunto da mensagem "Relatório de Conferência Livre Presencial" ou "Relatório de Conferência Livre Virtual".

§ 3º Se para a Comissão Organizadora Municipal, enviar para o endereço eletrônico cmppmulher@gmail.com.

§ 4º Se para a Comissão Organizadora Estadual, enviar para o endereço eletrônico 4cepm.sc@gmail.com.

§ 5º A não realização das etapas previstas nos incisos I e II do art. 10º no Município de Florianópolis, não constituirá impedimento para a realização da 4ª CPM no prazo previsto.

SEÇÃO II

Dos Prazos de entrega dos relatórios

Art. 14. As Conferências Livres Presenciais e Virtuais poderão ser realizadas entre 04 de maio a 19 de dezembro de 2015.

§ 1º Os Relatórios das Conferências Livres Presencial e Virtual deverão seguir os seguintes prazos de entrega:

I - se para a Comissão Organizadora Municipal, enviar até a data de 14 de agosto de 2015. Após essa data, enviar para a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Estadual da Mulher de SC ou para a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.



CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO E ACESSIBILIDADE

Art. 15. A organização da conferência municipal deverá garantir a ampla participação dos movimentos feministas e de mulheres, dos diversos movimentos sociais, dos conselhos dos direitos da mulher e demais entidades e representações da sociedade civil.

§ 1º A escolha de delegadas na 4ª CPMF deverá atender aos critérios de multiplicidade das identidades das mulheres (negras, brancas, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, transexuais, indígenas, mulheres com deficiência, mulheres do campo, das águas, povos e comunidades tradicionais) e das diferentes faixas etárias.

§ 2º A 4ª CPMF deverá assegurar as condições de acessibilidade para a equiparação de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência de acordo com as determinações legais e normas técnicas em vigor.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 16. Para o cumprimento de suas funções, a Comissão Organizadora contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Florianópolis, nos termos da legislação vigente até o encerramento da 4ª CPMF com a publicação de seu relatório final.

§ 1º O governo municipal será responsável pela realização da Conferência Municipal e pela presença de sua delegação na Conferência Estadual.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Para o seu funcionamento, a Comissão Organizadora contará com o apoio institucional e técnico-administrativo da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Florianópolis e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 18. A 4ª CPMF aprovará em sua sessão de abertura o regulamento que norteará seus trabalhos.



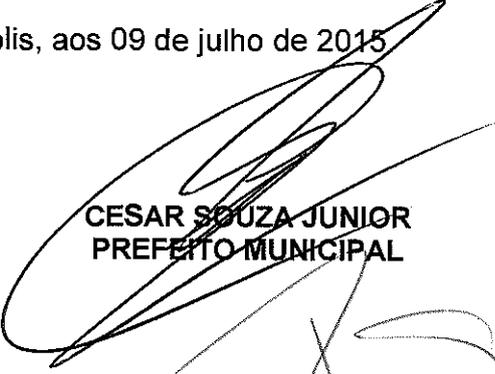
**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Gabinete do Prefeito**

Art. 19. O resultado da 4ª CPM de deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

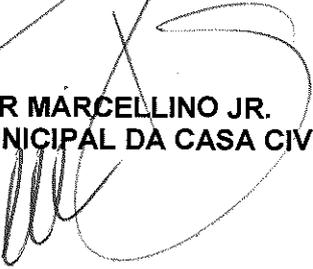
Art. 20. As deliberações da 4ª CPM serão objeto de monitoramento pelas instâncias de controle social, em todas suas esferas, com vistas a acompanhar seus desdobramentos.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 09 de julho de 2015



**CESAR SOUZA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL**



**JULIO CESAR MARCELLINO JR.
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL**

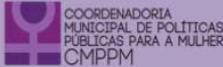
B. Folder da 4. Conferência

PROGRAMAÇÃO
24 DE SETEMBRO DE 2015
08h00 Credenciamento;
09h00 Regimento Interno;
11h00 Abertura;
12h00 Brunch no local;
13h30 Conferência de Abertura
<ul style="list-style-type: none"> 13h30 - Rosali Scalabrin, representante da SPM/PR/Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas: Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres; 13h50 – Sônia Malheiros Miguel, Assessora Especial da SPM/PR: Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres e os eixos temáticos da 4ª CMPM; 14h30 – Dalva Maria Kaiser: Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres – Plano Municipal de Políticas para Mulheres;
15h00 - Café Cultural;
15h40 Formação dos grupos;
18h00 Encerramento do primeiro dia.
25 DE SETEMBRO DE 2015
09h - Retomada dos trabalhos de grupos;
11h30 Brunch no local;
13h00 Plenária: apresentações dos resultados em grupo e aprovação dos indicativos;
15h30 Café Cultural;
16h00 Apresentação e votação das delegadas para a Conferência Estadual;
18h00 Encerramento.

REALIZAÇÃO:



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS



COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER CMPPM



COMDIM

APOIO:



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR

CONTATOS:

Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres
(48) 3251-6243
cmpmulher@gmail.com

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
(48) 3251-6220
comdimfloripa@gmail.com

INSCRIÇÕES ATÉ 14 DE SETEMBRO PELO SITE:
www.pmf.sc.gov.br/entidades/mulher/

0800 643 1407
DISQUE DENÚNCIA MUNICIPAL




CREMV
Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - 148 3224 2121

4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES FLORIANÓPOLIS



24 E 25 DE SETEMBRO DE 2015

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES

LOCAL: ALESC – AUDITÓRIO ANTONIETA DE BARROS
RUA DR. JORGE LUIZ FONTES, 310 - CENTRO, FLORIANÓPOLIS - SC
HORÁRIO: 08 ÀS 18H

CONQUISTAS A PARTIR DAS CONFERÊNCIAS:

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Aconteceu em abril de 2004 e mostrou a força organizativa do Movimento de Mulheres de nosso município: tendo o Poder Público Municipal se recusando a convocar a 1ª Conferência, esta foi convocada pelo Movimento Social, quando se uniram vários segmentos do Movimento de Mulheres, para debater as primeiras questões relativas à construção das Políticas para Mulheres em Florianópolis.

2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Aconteceu em abril de 2007 e propôs:

- Assinatura do Pacto de Adesão ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM (Abril de 2007);
- Criação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (LEI Nº 7625, de/2008);
- Implantação do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência;
- Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Lei nº 7682, de 22 de julho de 2008;
- Criação a Câmara Técnica Municipal, para elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (Decreto Nº 7894/2010) que continua atuante no monitoramento do Plano.

3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Aconteceu em julho de 2011 e propôs:

- Aprovação do I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (Decreto n. 9791/2012);
- Implantação da Casa de Passagem;

4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

Tem como objetivo o fortalecimento da Política Municipal para as Mulheres. O desafio principal dessa Conferência é traçar estratégias para que as políticas públicas de igualdade para as mulheres sejam efetivadas e avaliar o que já está em desenvolvimento, definindo estratégias para avançar.

A 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres é um relevante espaço de participação da sociedade civil organizada, do movimento social, do poder público e demais sujeitos.

PARTICIPE! NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE.



EIXOS TEMÁTICOS NACIONAIS GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO I

EIXO I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios;

GRUPO II

EIXO II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios;

GRUPO III

EIXO III - Sistema Político com participação das mulheres e igualdade – recomendações: Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

GRUPO IV

EIXO IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES

C. Cartaz da 4. Conferência

**4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES DE FLORIANÓPOLIS
24 E 25 DE SETEMBRO DE 2015**

**MAIS DIREITOS,
PARTICIPAÇÃO E
PODER PARA AS
MULHERES**

Inscrições até 14 de setembro pelo site:
www.pmf.sc.gov.br/entidades/mulher/

Local: ALESC – Auditório Antonieta de Barros
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 - Centro, Florianópolis – SC



0800 643 1407
Disque Denúncia
Municipal

CREMV
Centro de Referência e Atendimento à Mulher
em Situação de Violência - (48) 3224 7373



Realização:



CNDM

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres



D. Slides das Conferências/Palestras [Temário e Plano Municipal]



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Tema:

“Mais direitos, participação e poder para as mulheres”.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

EIXO I:

Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Introdução

- As articulações dos movimentos feministas com os movimentos de mulheres para a construção de espaços institucionais que garantissem os direitos das brasileiras propõem um **projeto de sociedade equitativa - simétrica entre mulheres e homens - e coloca como objetivo o rompimento da ordem patriarcal.**
- Fortalecimento e ampliação da participação das mulheres: atuação das organizações feministas e de mulheres, dos conselhos dos direitos da mulher, das conferências de políticas para as mulheres, ouvidorias e audiências públicas, acrescidos pelas plataformas digitais e redes sociais.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Participação da sociedade civil nos conselhos

Criação do CNDM pela Lei nº 7.353 de **29 de agosto de 1985**, na época vinculado ao Ministério da Justiça. Avanço importante no aparelho do Estado, com a instituição de mecanismo pela erradicação das assimetrias na vida das brasileiras.

Depois de 12 anos de criação da SPM:

Três conferências nacionais - 2004 , 2007, 2011.

Três PNPM – 2004, 2008, 2013

Cabe agora uma reflexão sobre as estruturas e seu grau de institucionalização existentes nos municípios e estados para implementar as políticas nacionais (PNPM) localmente (CDM e OPM)

E discutir os desafios futuros para avançar na busca da igualdade de gênero



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Eixos Temáticos:

- Eixo I: Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades
- Eixo II: Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para Mulheres no Âmbito Municipal, Estadual e Federal: Avanços e Desafios
- Eixo III: Sistema político com participação das mulheres e igualdade
- Eixo IV: Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres - Subsídios e Recomendações



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Participação da sociedade civil nos conselhos

A mobilização da sociedade civil e do seu anseio de participação está bem representada no CNDM.

Na gestão atual, participam 28 associações e redes de mulheres, feministas, sindicalistas, profissionais, estudantis, lésbicas e transexuais, representando as múltiplas mulheres que compõem o mosaico do povo brasileiro.

Elevada participação das mulheres no tecido político nacional: 444 Conselhos em funcionamento, a saber: 24 estaduais e o do Distrito Federal e 420 municipais.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Os Conselhos em suas diferentes instâncias Federal, Estaduais e Municipais

- Devem atuar em conjunto de forma plural para que a sociedade seja parceira na execução da política de igualdade das mulheres.
- Devem contemplar todas as representações das mulheres brasileiras em sua diversidade - índias, negras, brancas, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, periféricas, entre outras.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

A pauta dos movimentos feministas e de mulheres é responsável por trazer aos espaços públicos as temáticas/problemas que enfrentam as mulheres:

- O direito à sua autonomia e à integridade de seu corpo, pelo direito à prática legal do aborto e demais direitos reprodutivos;
- O direito à proteção contra a violência doméstica, o assédio sexual e o estupro;
- O direito ao trabalho remunerado com proteção social e políticas de apoio ao trabalho reprodutivo.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Desafios para que a sociedade civil, em especial o movimento feminista e de mulheres, possa continuar impulsionando o desenvolvimento das políticas na busca da igualdade de gênero e dos seus direitos.

- a) **No seu município ou estado existe o Conselho dos Direitos da Mulher? Ele tem estrutura, recursos e equipe para funcionar adequadamente? Está ativo e atuante?**
- b) **A que órgão o Conselho está vinculado?**
- c) **Quais as dificuldades para a constituição do Conselho, se ele ainda não existe?**
- d) **Que outros canais de participação existem no seu estado ou município?**
- e) **Existem organizações que promovem e defendem os direitos das mulheres? E das negras? E das lésbicas? E das do campo, da floresta e das águas?**
- f) **Quais as estratégias necessárias para superar essas dificuldades?**



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Eixo II - Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para Mulheres no Âmbito Municipal, Estadual e Federal: Avanços e Desafios.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Sociedade e formas de participação

- Qual o caminho das políticas públicas para as mulheres?
- Busca-se colocar em prática políticas públicas que consideram a complexidade de modos de vida na diversidade geopolítica, étnico-racial e de sexo/gênero neste imenso Brasil. (PNPM como norteador)
- Não se encontrará um único caminho ou uma única resposta.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Resumo da atuação da SPM:

- Gestão transversal
- Enfrentamento à violência contra as mulheres
- Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres
- Articulação institucional e ações temáticas (saúde, educação, cultura, esportes etc.)



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

- [PNPM](#) - 2013-2015, **implementado** em parceria pelos Ministérios membros do Comitê de Monitoramento do PNPM e acordado com a Casa Civil (Decreto 7959, de 13 de março de 2013).
- Avanço da gestão: foi articulado com o PPA 2013-2015 e com as Agendas Transversais.
- A incorporação da estratégia da transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas envolve as/os gestores que executam tais políticas.
- Articulação com OPM's estaduais e municipais para que as políticas chegassem às mulheres de forma transversal



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Objetivos do PPA 2016-2019:

- Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades
- Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
- Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais
- Fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, considerando sua diversidade e especificidades.
- Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

- Concretizá-los localmente exige das e dos administradores públicos ação mais efetiva pelos direitos das mulheres.

Desafios

- fomentar a criação e o fortalecimento dos organismos governamentais de políticas públicas para as mulheres – **OPM** – nas esferas municipal e estadual.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Expansão da Rede de Serviços Públicos de Atendimento às Mulheres

- O crescimento da rede de serviços públicos alcança dezenas de milhares de novas usuárias, que não tinham oportunidade de atendimento.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Execução das políticas para as mulheres

• Programa *Mulher, Viver sem Violência*: 6 estratégias de atuação

- implantação da Casa da Mulher Brasileira em todas as capitais do País;
- ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180;
- organização e humanização do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual;
- criação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca;
- campanhas continuadas de conscientização; e
- Unidades Móveis para o atendimento das mulheres do campo e da floresta.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Execução das políticas para as mulheres

- ampliar a destinação de recursos às políticas de saúde e educação
- incidir na criação de um novo paradigma nas relações de trabalho, baseado na igualdade de gênero e no enfrentamento a todas as formas de discriminação



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Parceria com outros Poderes

- Parceria estabelecida no Parlamento com a Bancada Feminina
 - aprovação de projetos dos interesses das mulheres
 - ampliação da participação das mulheres nos espaços de representação, poder e decisão
 - por uma reforma política inclusiva com cotas para mulheres nas cadeiras legislativas e nas mesas diretoras



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres



O impacto das políticas públicas coordenadas pela SPM na vida das mulheres

- Lei 11.340 de 7/08/2006, nominada de Lei Maria da Penha, para combater a violência contra as mulheres, o avanço na construção de creches e o enfrentamento massivo à violência contra as mulheres.
- A sanção presidencial à Lei do Feminicídio, que altera o Código Penal (Lei nº 13.104, de 09/03/2015).
- O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que grávidas de fetos sem cérebro poderão optar por interromper a gestação com assistência médica.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Impacto das políticas públicas coordenadas pela SPM

- Resolução n. 175, 14/05/2013, aprovou registro em todos os cartórios do Brasil de casamentos civis de casais do mesmo sexo e converter em casamento a união estável homoafetiva.
- Lei nº 150, 01/06/2015, estabelece garantias às empregadas domésticas. Além do recolhimento previdenciário, prevê o recolhimento do FGTS.
- Portaria sobre violência sexual editada pelo Ministério da Saúde – nº 585 de 01/04/2013. Definiu regras para habilitar o funcionamento dos Serviços de Atendimento Integral às Pessoas em Situação de Violência no âmbito do SUS.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Para reflexão - os desafios locais:

- a) No seu município ou estado há organismo governamental de política para as mulheres? Uma secretaria de políticas para as mulheres, coordenadoria, departamento ou superintendência ?
- b) Existe orçamento específico definido para o organismo governamental de políticas para as mulheres?
- c) A qual órgão está vinculado o organismo governamental de políticas para as mulheres?
- d) Existe plano municipal ou estadual de políticas para as mulheres?
- e) Quais políticas para mulheres que são implementadas em seu município ou estado?
- f) Quais as prioridades que seu município ou estado deveria ter em relação às políticas para as mulheres?



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Capítulos – PNPM:

- Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica
- Educação para igualdade e cidadania
- Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos
- Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres
- Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão
- Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social
- Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta
- Cultura, esporte, comunicação e mídia
- Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia
- Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência





4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Eixo III

Sistema político com participação das mulheres e igualdade



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

As mulheres continuam à margem dos espaços de poder:

- 51,9% do eleitorado, mas 9% no Congresso Nacional
- Nas Assembleias Legislativas, apenas 121 (11,4%) dos 1.059 deputados eleitos (2014);
- Nas Câmaras Municipais, as mulheres não chegam a 14%
- Comandam apenas 675 prefeituras
- das 27 Unidades da Federação, apenas o Estado de Roraima é governado por uma mulher



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

O que queremos:

- reforma política que amplie a participação real das mulheres na política.
- Ir além da simples participação nos partidos políticos, do foco apenas no sistema eleitoral e na democracia representativa.
- A luta por reforma política de forma mais articulada com os movimentos sociais se iniciou em 2004, logo após a eleição do presidente Lula. Forma de pautar a participação política e influenciar a construção de uma nova arquitetura de participação popular.
- Plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político, pela necessidade de ampliação da democracia participativa e aprimoramento dos mecanismos de democracia direta.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Fortalecer a democracia com a participação das mulheres:

- Democratizar a democracia: **reconhecer e valorizar as diversas formas de participação** como estratégia para ampliar a democracia participativa;
- **Valorizar os mecanismos de participação:** conselhos setoriais; orçamento participativo; e controle social frente a outros poderes, como o Poder Judiciário;
- **Lutar pela participação ampla das mulheres na democracia representativa:** nas eleições, no parlamento, nos governos executivos e no poder judiciário, nos conselhos e conferências públicas, na direção de movimentos sociais, dos partidos políticos e nos sindicatos;



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

A contextualização da reforma política na agenda

o retrato do Brasil de hoje revela que nossa sociedade ainda está alicerçada em valores conservadores:

- A sub-representação das mulheres e de outros segmentos da população como negros(as), indígenas, jovens, LGBTT e vários setores da classe trabalhadora;
- O caráter classista, patriarcal, racista, misógino e autoritário da sociedade e do Estado brasileiro;
- As eleições baseadas no indivíduo, com campanhas cada vez mais caras e dependentes do poder econômico das empresas e dos partidos;
- Partidos políticos, de diferentes matizes ideológicas, que mantêm mecanismos e processos de exclusão das mulheres nos espaços de poder;
- Representação predominantemente de homens brancos;



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

- Primeira minirreforma eleitoral para a participação das mulheres (Lei 12.034/2010): partidos devem preencher 30% das vagas com candidaturas femininas; o fundo partidário deve destinar 5% das receitas para atividades e programas que promovam a participação das mulheres; devem destinar tempo de rádio e TV para incentivar a igualdade de gênero.
- Ela foi produto da luta dos movimentos sociais e de campanhas da SPM “Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso!” (2008)
- No final de 2013, movimentos sociais colheram assinaturas para a convocação do plebiscito nacional por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político. Documento com mais de 7 milhões de assinaturas foi entregue à Presidenta Dilma.
- Em 2014, as bancadas femininas no Congresso Nacional, apoiadas pela SPM e pela SEPPIR, iniciam a Campanha “Mais mulheres na política: tome partido”, para denunciar o atual estágio de luta pela reforma política no Congresso.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

A reforma do sistema político, proposta pelos movimentos sociais, abre outros caminhos para o fortalecimento da democracia e para a efetivação da justiça social:

- Democratização da comunicação
- Desmilitarização da polícia
- Reforma tributária
- Reformas agrária e urbana
- Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos
- Livre expressão da sexualidade
- Ampliação de mecanismos de controle social sobre o Judiciário
- Aprofundamento das conferências e da democracia participativa
- Desmercantilização da sociedade



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Os Eixos da reforma do sistema político na Plataforma dos Movimentos Sociais:

1. Reforma do poder judiciário, para assegurar acesso equitativo e para imprimir transparência e garantir controle social sobre a justiça;
2. Democratização da comunicação é parte da dinâmica do exercício do poder no país;
3. Reforma dos mecanismos da democracia representativa: o sistema eleitoral, as regras de funcionamento dos partidos e do poder executivo e legislativo e da justiça eleitoral;
4. Consolidação legal da democracia participativa, em um sistema de participação que articule os conselhos, conferências e planos plurianuais de governo em todos os âmbitos das políticas públicas.
5. Aperfeiçoamento e simplificação dos mecanismos da democracia direta: plebiscito, referendun e projetos de lei de iniciativa popular.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Entre as mudanças propostas na Plataforma constam:

- Financiamento público exclusivo de campanha
- Votação em lista fechada, para que o Estado financie os partidos que, por sua vez, financiam a campanha de todas/os da lista em bloco.

A lista fechada com alternância de sexo é uma ação afirmativa que efetivamente garante a eleição e o acesso de mulheres aos espaços de poder. A Plataforma propõe a lista fechada paritária e com critérios de raça/etnia.

O debate sobre a Reforma do Sistema Político na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres possibilitará a afirmação de uma posição clara das brasileiras pelo fortalecimento de participação nos espaços de poder e decisão.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

EIXO IV: SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES Subsídios e Recomendações



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Introdução:

- As ideias iniciais do Eixo IV estão sendo submetidas ao debate pelas participantes da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), a fim de colher subsídios para futuras decisões sobre a criação do Sistema.
- Os subsídios advindos desta 4ª CNPM serão considerados pela equipe da SPM no momento da elaboração de proposta de sua criação .



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

O sistema nacional permite articular as ações dos entes federados para executar políticas visando à igualdade de gênero e a garantia dos direitos das mulheres.

Objetivos:

- Criar mecanismo nacional que garanta os direitos das mulheres mediante articulação das políticas públicas em todas as esferas de governo (União, estados e municípios) e que possibilite o aumento da cobertura e da eficácia das ações desenvolvidas.
- Aperfeiçoar a descentralização e a gestão democrática das políticas de igualdade de gênero e de garantia dos direitos das mulheres.
- Aumentar a responsabilização dos/as gestores/as públicos/as com a igualdade de gênero nas várias esferas de governo e em todas as ações governamentais, garantindo a transversalidade do tema.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Principais características:

- Solidificar as iniciativas em andamento, com dinâmica sistêmica que produzirá efeitos de maior eficiência e eficácia das ações desenvolvidas.
- Tornar mais efetiva a relação dos órgãos do governo federal, na medida em que o Comitê de Monitoramento do PNPM for incorporado ao Sistema.
- Reforçar a efetividade da relação horizontal entre os entes federados que aderirem ao sistema, com maior participação na definição das políticas.
- O repasse de recursos por meio de transferências voluntárias poderá ser substituído pelo repasse fundo a fundo, na medida em que seja criado um fundo na esfera federal e os respectivos fundos estaduais e municipais.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Principais características:

- melhor fluxo de recursos entre os entes federados e a União com vantagens sobre o sistema hoje utilizado de repasses financeiros por meio de convênios. Maior agilidade no acesso das mulheres às ações governamentais.
- fortalecer o diálogo com os movimentos de mulheres e feministas, por meio das Conferências Nacionais e do CNDM, que serão parte integrante do Sistema.
- A criação de sistemas possibilita maior efetividade ao tornar cada uma das políticas em “políticas de Estado”, o que ultrapassa os limites de um determinado governo.
- Adesão ao sistema é voluntária. Em alguns casos (Sinapir, Suas e Sus) está previsto incentivo à adesão (exemplo, prioridade no recebimento de recursos).



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Aspectos Legais:

- Não há uma legislação específica que descreva a política para as mulheres. Para instituir o Sistema seria necessário um dispositivo constitucional, ou uma lei ordinária, ou um decreto/portaria. Há que decidir qual deles oferecerá maior segurança jurídica.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Formas de financiamento:

- sistemas que possuem fundo (Sus, Suas, Cultura, Educação)
- Sistemas financiados com recursos orçamentários e outras formas de captação (Sinajuve, Sinapir, LGBT e Sisan).
- um fundo para financiar as ações do sistema agiliza e dá mais efetividade às políticas públicas. Porém, na prática, mesmo sem fundo os sistemas têm funcionado.
- O SUS, o SUAS, a Cultura possuem seus respectivos Fundos (FNS, FNAS, FNC) que repassam recursos federais fundo a fundo e têm critérios para definir os montantes a serem repassados relacionados ao tamanho da população de cada ente, às prioridades regionais definidas pelas políticas e aos níveis de gestão (inicial, básica e plena).



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Formas de Organização do Sistema:

- O ponto central de orientação das ações a serem desenvolvidas pelo Sistema são as políticas previstas no PNPM, estabelecido por decreto e elaborado com base nas resoluções das Conferências. O Plano Plurianual (PPA) também tem como referência os resultados das Conferências e deve servir de parâmetro para as ações do sistema.
- A SPM/PR será o órgão central de coordenação do Sistema. As decisões deverão ser compartilhadas com o CNDM e com o Comitê de Monitoramento do PNPM.
- A estrutura e a organização do Sistema deverão garantir mecanismos de participação da sociedade civil, principalmente, dos movimentos de mulheres e feministas.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Formas de Organização do Sistema:

- As Conferências e Conselhos, em todas as esferas, terão papel fundamental na definição das políticas e no monitoramento e avaliação das ações do Sistema.
- O Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, [Portaria nº 20, de 11/06/2007](#), deverá ser incorporado ao Sistema para funcionar como espaço de articulação das representações de estados e municípios que aderirem.
- Mesmo que a adesão seja voluntária, é importante criar mecanismos de incentivo à participação dos entes federados, assim como critérios de prioridade na alocação de recursos. Sugere-se como critérios a criação de órgãos específicos na estrutura administrativa, a existência de Conselhos e a realização de conferências.
- A estrutura do sistema é composta: Política, dos Planos, dos Conselhos, das Conferências, dos órgãos federais, como coordenadores, de fóruns e redes e das ouvidorias.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

BRASÍLIA • 15 A 18 DE MARÇO DE 2016

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Formas de Organização do Sistema:

- Além dos recursos via orçamento, o fundo deverá captar outros tanto de organizações não governamentais (nacionais e estrangeiras) quanto do setor privado e até de pessoas físicas. Isto permitirá transferência automática aos fundos estaduais e municipais.
- Caso não seja possível contar com a agilidade que um fundo permite, os repasses deverão se dar por meio dos convênios, conforme vem sendo feito, utilizando os recursos orçamentários e captando doações.
- É importante que se faça uma discussão mais detalhada da possibilidade de criação de níveis de gestão (inicial, básica e plena) como critério para orientar o repasse de recursos.



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS



COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER CMPPM

A Lei nº 7625, de 5 de maio de 2008, cria a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, órgão vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito.



População de mulheres

Florianópolis

**População estimada¹ em: 469.000
habitantes**

Mulheres: 51,60 %

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

MULHER

1.Eixo: Igualdade no mundo de trabalho e autonomia econômica

Prioridade: Promover a qualificação e capacitação profissional das mulheres em todas as áreas profissionais.

- **Ação: Estabelecer parcerias com instituições privadas para favorecer a inserção das mulheres no mercado de trabalho.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

2.Eixo: Educação para igualdade e cidadania.

Prioridade: Promover formação continuada de gestores/as e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades

- **Ação: Fomentar Parcerias com instituições, núcleos de estudos, universidades e organizações não governamentais que discutam estes temas;**
- **Promover formação continuada de profissionais da educação referente aos seguintes temas: Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não lesbofóbica**

AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

2.Eixo: Educação para igualdade e cidadania.

Prioridade: Promover a formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades

- **Ação: Promover a Semana da Educação Inclusiva e da Diversidade nas escolas, incluindo-a no plano anual de atividades;**
- **Promover o debate sobre as questões de gênero, inclusão e diversidade como temas transversais (não-racista e homofobia), incluindo o Escola Sem Homofobia e contra o racismo na escola.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

2.Eixo: Educação para igualdade e cidadania.

Prioridade: Promover medidas educacionais para identificação, enfrentamento e erradicação da violência contra as mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual.

- **Ação: Criar material de divulgação informativo e de formação sobre as diversas formas de violência.;**
- **Incluir na formação continuada das equipes de profissionais da educação o tema da violência e as formas de enfrentamento;**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
**AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES**

2.Eixo: Educação para igualdade e cidadania.

Prioridade: Estimular e ampliar o acesso de grupos específicos de mulheres que não concluíram o ensino fundamental e/ou médio.

- **Ação: Ocupar espaços e equipamentos sociais das comunidades para promover a educação continuada e formação profissional;**

Prioridade: Enfatizar a laicidade em todos os espaços públicos do município.

- **Sem ação**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

3.Eixo: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

**Prioridade: 3.1
Promover a
atenção à saúde
das mulheres no
climatério.**

- **Ação: 3.1.1 Aprimorar o rastreamento das patologias associadas ao início do climatério e garantir exames necessários, inclusive a densitometria óssea.**
- **3.1.2 Realizar ampla divulgação dos serviços já existentes e ampliar o atendimento psicológico e em terapias complementares (homeopatia, acupuntura, etc.) nas unidades de saúde.**
- **3.1.3 Promover Educação continuada para os profissionais da saúde com ênfase no climatério.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

MULHER

3.Eixo: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Prioridade: 3.2
Garantir a atenção
à saúde das
mulheres jovens,
adolescentes.

- **Ação: 3.2.1 Facilitar o acesso e o atendimento das adolescentes nas unidades de saúde, conforme a política municipal do adolescente.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

MULHER

3.Eixo: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Prioridade: 3.3 Garantir a implementação, conforme Lei 196/1996, assistência em planejamento reprodutivo, para homens e mulheres, adultos, jovens e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde, respeitando os princípios dos direitos sexuais e reprodutivos.

- Ação: 3.3.1 Garantir a Lei 196/96.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
**AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES**

3.Eixo: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Prioridade: 3.4 Promover a assistência obstétrica e ginecológica qualificada e humanizada a todas as mulheres. Com vistas à garantia de vinculação as maternidades, transporte seguro nas urgências e emergências obstétricas, garantindo atenção em rede como estratégia específica.

- Ação: 3.4.2 Divulgar no âmbito do município as ações do comitê de prevenção ao óbito materno.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

3.Eixo: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Prioridade: 3.5 Promover a prevenção e o controle das infecções sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/AIDS na população de mulheres.

- **Ação: 3.5.1 Promover a prevenção das IST/AIDS e as co-infecções de tuberculose e hepatites entre mulheres. Garantindo a realização dos testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatites Virais.**
- **3.5.2 Promover ações que garantam a formação continuada dos (as) profissionais de saúde no que se refere à prevenção das infecções sexualmente transmissíveis.**
- **3.5.3 Garantir a continuidade da entrega dos preservativos femininos e masculinos em todos os tamanhos junto às unidades de saúde do município.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
**AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES**

3.Eixo: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Prioridade: 3.6 Reduzir a morbimortalidade por câncer cérvico-uterino e a mortalidade por câncer de mama na população de mulheres.

- **Ação: 3.6.1 Garantir o Plano Nacional de Controle do Câncer do Colo de útero e de mama no âmbito municipal e o Programa Nacional de Qualificação dos Mamógrafos, considerando a acessibilidade para mulheres com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.**
- **3.6.3 Instrumentalizar e conscientizar os profissionais para a realização de busca ativa as mulheres na faixa etária alvo que não fizeram mamografia (50 a 69 anos) e preventivo de câncer de colo de útero (25 a 64 anos).**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

3.Eixo: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Prioridade: 3.7 Promover a implantação de um modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero, considerando as especificidades étnico-raciais, geracionais, orientação sexual, deficiências e em situação de rua.

- **Ação: 3.7.1 Qualificar, divulgar e garantir serviços de atendimento às mulheres em sofrimento psíquico no Sistema Único de Saúde.**
- **3.7.2 Implementar e ampliar terapias complementares nas unidades de saúde.**
- **3.7.3 Ampliar a rede de atendimento do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS2, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPSad, e Núcleo de Atenção à Saúde da Família – NASF.**
- **3.7.5 Elaborar e implementar as diretrizes estratégicas sobre saúde mental e gênero resgatando os relatórios das Conferências Municipais de Saúde Mental.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

MULHER

3.Eixo: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

**Prioridade: 3.8
Fortalecer a participação e mobilização social em defesa da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher nas três esferas do SUS, para além das ações da rede cegonha.**

- **Ação: 3.8.1 Promover eventos de mobilização das entidades do movimento de mulheres, feministas e lideranças das comunidades para ampliar a consciência sanitária, dos direitos à saúde, sexuais e reprodutivos.**
- **3.8.2 Realizar anualmente o Seminário Municipal de Políticas para as Mulheres tendo como um dos temas Gênero e Saúde.**
- **3.8.3 Apoiar técnica e financeiramente oficinas de capacitação para lideranças comunitárias dos movimentos de mulheres e feministas na promoção da educação popular em saúde e no exercício do controle social.**

AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

4. Eixo: Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

**Prioridade:
Consolidação
da Política
Nacional de
Enfrentamento
a Violência
contra as
Mulheres e a
implementação
da Lei Maria
da Penha**

- **Implementar o Centro de Referência de Atendimento à mulher em situação de violência, possibilitando o atendimento qualificado das mulheres;**
- **Casa de passagem para mulheres em situação de rua. / Casa de passagem para idosas vítimas de violência;**
- **Manutenção de equipe multidisciplinar (Permanente) responsável pelo trabalho de prevenção nas comunidades do município;**
- **Capacitar profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, justiça e demais áreas da rede de atendimento;**

AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

4. Eixo: Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

**Prioridade:
Consolidação
da Política
Nacional de
Enfrentamento
a Violência
contra as
Mulheres e a
implementação
da Lei Maria
da Penha**

- **Ação: Incluir as mulheres em situação de violência atendidas pelos serviços especializados da Rede de Atendimento nos programas sociais de transferência de renda, como Bolsa Família, Pró- Jovem, entre outros;**
- **Promover, realizar e apoiar, campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres, desmistificando estereótipos e representações de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher;**
- **Promover, realizar e apoiar atividades culturais (teatro, música, cineclube, dança, leitura e literatura, artes visuais) para as mulheres em situação de violência, por meio da atuação dos agentes culturais junto às comunidades.;**
- **Promover a formação de profissionais da educação e de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade com a perspectiva de gênero, raça/ etnia.;**

AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

4. Eixo: Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

**Prioridade:
Consolidação
da Política
Nacional de
Enfrentamento
a Violência
contra as
Mulheres e a
implementação
da Lei Maria
da Penha**

- **Ação: Promover, realizar e apoiar campanha voltada ao enfrentamento da violência contra as mulheres rurais, negras, indígenas, judias e outras;**
- **Realizar anualmente a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.;**
- **Promover, realizar e apoiar o desenvolvimento de campanhas de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

4. Eixo: Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

**Prioridade:
Proteção dos
direitos
sexuais e
reprodutivos e
enfrentamento
da feminização
da AIDS**

- **Ação: Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico;**
- **Elaborar relatórios periódicos sobre violências contra mulheres e adolescentes;**
- **Garantir a transversalidade dos serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, por meio dos atendimentos prestados no Centro de Referência da Mulher, ou ainda o (CREAS);**
- **Incluir cursos de humanização a temática feminização da AIDS e Violência.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

4. Eixo: Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

**Prioridade:
Combate a
exploração de
meninas e
adolescentes
ao tráfico de
mulheres**

- **Ação: Fortalecer e apoiar projetos inovadores de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.;**
- **Incentivar o atendimento prioritário das mulheres em situação de violência nos programas de qualificação social e profissional;**
- **Incentivar a denúncia da exploração sexual e tráfico de seres humanos, através de capacitações relacionadas ao diagnóstico de violência, priorizando os profissionais de saúde e segurança pública;**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

4. Eixo: Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

**Prioridade:
Promoção dos
direitos
humanos das
mulheres em
situação de
prisão**

- **Ação: Apoiar projetos de capacitação de mulheres encarceradas e adolescentes autoras de atos infracionais para geração de renda e garantir o acesso dessas mulheres ao trabalho dentro dos presídios femininos e sua reinserção ao mercado formal de trabalho;**
- **Implantar serviço de saúde integral às mulheres em situação de prisão, bem como adolescentes autoras de ato infracional;**
- **Assegurar e disponibilizar insumos de prevenção a DST/AIDS;**
- **Humanização dos atendimentos nos programas DST/AIDS;**
- **Estabelecer parceria com o DEAP, DJUC Sistema S, Universidades públicas e privadas entre outras instituições para viabilizar formação profissional às mulheres em situação de prisão;**
- **Promover atividades educativas visando à promoção da saúde, relacionada principalmente aos direitos humanos, visando os direitos sexuais e reprodutivos.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
**AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES**

5. Eixo: Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

Prioridade: 5.1 Promover políticas de participação e inclusão da mulher nas diferentes esferas do poder..

- **Ação: 5.1.1 Desenvolver ações e campanhas sobre a importância e necessidade da ampliação da participação política das mulheres, estimulando a filiação partidária, candidaturas e o voto para mulheres em todos os níveis, considerando as diversidades de raça e etnia.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

6. Eixo: Desenvolvimento sustentável com segurança alimentar, igualdade econômica e social.

Prioridade: 6.1 Estimular e apoiar as atividades e empreendimentos orientados para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da igualdade das mulheres

- **Ação: 6.1.1 Priorizar na compra para a merenda escolar a aquisição de alimentos da agricultura familiar, da maricultura, da produção dos assentamentos da reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e das comunidades quilombolas locais, conforme Lei Nº 11.947/2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do governo federal, Lei Nº 9737/2015 municipal.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
**AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES**

7. Eixo: Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais

Prioridade: 7.1 Ampliar a política habitacional, com moradia digna, com acesso a bens e serviços e qualidade na infraestrutura, com prioridade às famílias chefiadas/sustentadas por mulheres, com renda inferior a 03 salários mínimos.

- **Ação: 7.1.3 Destinar cotas para as mulheres nos programas habitacionais, a curto, médio e longo prazo, de acordo com o que aponta o diagnóstico, conforme Lei Nº 11.977/2009**

AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

9. Eixo: Enfrentamento ao racismo, sexismo, capacitismo, bifobia, lesbofobia e transfobia: Diálogos e perspectivas.

**Prioridade: 9.1
Formular e
implementar
programas, projetos e
ações afirmativas de
enfrentamento ao
racismo, sexismo e
lesbofobia nas
instituições públicas
governamentais e não-
governamentais**

- Ação: 9.1.3 Divulgar os dispositivos legais (Lei contra homofobia, racismo e Maria da Penha) e a rede de atendimento já existente no município (Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Coordenadoria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

MULHER

10. Eixo: Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

Prioridade: 10.1
Sensibilizar a sociedade, os gestores e os trabalhadores dos órgãos públicos e privados em relação a todas as formas de discriminação, visando a igualdade de direitos.

- **Ação: 10.1.1 Realizar campanhas e capacitações visando a igualdade de direitos das mulheres.**

AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

10. Eixo: Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

Prioridade: 10.2 Propor ações que contemplem o atendimento as mulheres em sua intergeracionalidade.

- **Ação: 10.2.1 Oferecer programas de atendimento específicos de acordo com as necessidades de cada fase da vida e promover a articulação entre a rede de serviços.**
- **Ação: 10.2.3 Articular políticas públicas afins para fortalecer programas/projetos que contemplem a melhoria da qualidade de vida da mulher idosa.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

10. Eixo: Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

Prioridade: 10.3
Implementar
campanhas educativas
sobre a temática de
gênero com a
perspectiva geracional,
no público, privado e
demais áreas. (Temas
transversais).

- **Ação: 10.3.1 Oferecer capacitação sobre equidade de gênero e questões geracionais aos educadores da rede pública de ensino.**
- **10.3.2 Divulgar os direitos contemplados no Estatuto da Criança e do adolescente, Estatuto do Idoso e outras normas legais nos espaços de maior demanda de violação de direitos.**
- **10.3.4 Assegurar a incorporação da perspectiva geracional nas políticas públicas direcionadas às mulheres.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AÇÕES REALIZADAS DO I PLANO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

MULHER

10. Eixo: Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

**Prioridade: 10.4
Divulgar os serviços existentes na rede de atendimento às mulheres jovens e idosas, especialmente aqueles relacionados a violência.**

- **Ação: 10.4.1 Capacitar continuamente os profissionais que atuam na rede para qualificar o atendimento das mulheres.**
- **10.4.2 Articular os serviços e segmentos envolvidos na política para as mulheres.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AÇÕES DEFINIDAS COMO PRIORITÁRIAS PARA O II PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

11. Eixo: Monitoramento e avaliação do Plano

**Prioridade: 11.1
Garantir a incorporação
e manutenção das
diretrizes do Plano
Municipal.**

- **Ação: 11.1.1 Sensibilizar prefeitas(os), vereadoras(es), para incorporação das diretrizes do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM) nos seus mandatos;**
- **11.1.2 Acompanhar e avaliar a efetividade das diretrizes do PMPM, através da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Política para Mulheres; Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres; Sociedade civil; órgãos governamentais; COMDIM e outros conselhos, garantindo a periodicidade das reuniões.**
- **11.1.3 Criar mecanismos que possibilitem o monitoramento das ações orçamentárias referentes a elaboração e implantação do PMPM, divulgando seus resultados através das diferentes mídias, de acordo com a Lei de Transparência.**
- **11.1.4 Garantir o aporte orçamentário adequado para a implementação do PMPM.**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AÇÕES DEFINIDAS COMO PRIORITÁRIAS PARA O II PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

11. Eixo: Monitoramento e avaliação do Plano

**Prioridade: 11.1
Garantir a incorporação
e manutenção das
diretrizes do Plano
Municipal.**

- **Ação: 11.1.5 Garantir ao COMDIM o acesso a dados sistematizados com recorte geracional de gênero, classe, raça/etnia e deficiência, que permitam avaliar resultados e processos, pois os indicadores são indispensáveis para o monitoramento do plano.**
- **11.2.6 Promover a divulgação do PMPM e o acesso à informação, dados, estudos e pesquisas sobre a igualdade de gênero e políticas para as mulheres, por meio do site da Prefeitura de Florianópolis/Coordenadoria e outras mídias.**
- **11.1.7 Fomentar a elaboração de indicadores que subsidiem a implantação e implementação de políticas públicas para as mulheres (e suas especificidades) do município de Florianópolis.**

Obrigada!



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**

Dalva Maria Kaiser

Coordenadora Municipal de Políticas Públicas Para a Mulher